



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS (ESAN)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO:
QUAL O VALOR DA RIQUEZA GERADA?**

CRISTIANE REGINA DE SIQUEIRA

CAMPO GRANDE

2020



CRISTIANE REGINA DE SIQUEIRA

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO:
QUAL O VALOR DA RIQUEZA GERADA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ciências Contábeis da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração em Contabilidade e Controladoria.

Linha de Pesquisa em Contabilidade Societária e Finanças

Orientador Prof. Dr. José A. Moura Aranha

CAMPO GRANDE

2020



FICHA CATALOGRÁFICA

Siqueira, Cristiane Regina de

Cooperativas de Crédito do Centro-Oeste Brasileiro: Qual o valor da Riqueza Gerada?
/ Cristiane Regina de Siqueira. 2020.

92 f., Figuras, Quadros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Escola de Administração e Negócios, Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis, Campo Grande - MS, 2020.

Orientador: Prof. Dr. José Aparecido Moura Aranha.

Inclui Referências Bibliográficas.

1. Cooperativas de Crédito. 2. Geração de Riqueza. 3. Demonstração do Valor Adicionado. Análise dos Componentes Principais (ACP).



CRISTIANE REGINA DE SIQUEIRA

COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO:

QUAL O VALOR DA RIQUEZA GERADA?

Esta dissertação foi julgada adequada, pela Banca abaixo qualificada, como requisito à obtenção do Grau de Mestre em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em sua forma final, na data de 08 de setembro de 2020.

Prof. Dr. Emanuel Marcos Lima
Coordenador do curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. José Aparecido Moura Aranha
Orientador - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Luiz Miguel Renda dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Rogers Barros de Paula
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dra. Eloir Trindade Vasques Vieira
Membro Externo – Universidade Católica Dom Bosco

Campo Grande, 08 de setembro de 2020

À Deus Pai todo poderoso pelo dom da vida.

À Nossa Senhora do Perpétuo Socorro por vossa intercessão.

À minha mãe Atanir, razão do meu viver.

E aos anjos colocados em meu caminho, os quais chamo de amigos.

RESUMO

As Cooperativas de Crédito são uma realidade no mundo ocidental, apresentando um crescimento exponencial nos últimos vinte anos. Uma vez que a cooperativa de crédito rompe com a prática tradicional de ter apenas clientes, e trabalha com a perspectiva de captação de novos cooperados, a dinâmica do setor é tratar os cooperados de forma diferenciada, quase que como uma família buscando a geração de riquezas para seus cooperados e alavancando a economia regional e nacional. Este trabalho dissertativo buscou analisar como as cooperativas de crédito do Centro-Oeste brasileiro estão gerando riquezas, não somente para si, mas também para a sociedade em que estão inseridas. Para tanto explorou-se a dinâmica dessas instituições a partir da concepção teórica de cooperativa de crédito, aplicando-se a Teoria da Agência, Teoria da Divulgação e através da construção da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), para evidenciar a geração e distribuição da riqueza gerada pelas instituições que compõem a amostra. Metodologicamente este trabalho se desenvolveu em duas frentes. Uma parte teórica inquiriu sobre os principais conceitos que envolvem a cooperativa de crédito, sua gênese e dinâmica de atuação na sociedade. A segunda parte, de análise contábil indagou responder a questão inicial sobre a geração de riquezas pelas cooperativas de crédito no Centro Oeste a partir da análise das DVAs, utilizando-se do Método Estatístico de Análise Fatorial Multivariada através da Análise de Componentes Principais com utilização do software SPSS®. Após o debate concluiu-se que, apesar da não elaboração obrigatória da DVA pelas cooperativas de crédito, há geração de riqueza pelas entidades que compuseram a amostra. Observou-se que dos elementos de distribuição da riqueza, o que mais teve valor significativo foi o de distribuição com Pessoal. Assim sendo, permite-se afirmar que, no período observado houve geração de riqueza consistente e valorativa para seus cooperados e para a sociedade em que elas estão inclusas.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Geração de Riqueza. Demonstração do Valor Adicionado. Análise dos Componentes Principais (ACP).

ABSTRACT

Credit Unions are a reality in the western world, showing exponential growth in the last twenty years. Since the credit union breaks with the traditional practice of having only customers, and works with the prospect of attracting new members, the dynamics of the sector is to treat the members in a different way, almost as a family seeking to generate wealth for its members and leveraging the regional and national economy. This dissertation work sought to analyze how credit unions in the Brazilian Midwest are generating wealth, not only for themselves, but also for the society in which they operate. Therefore, the dynamics of these institutions were explored based on the theoretical conception of credit cooperatives, applying the Agency Theory, Theory of Disclosure and through the construction of the Value Added Statement (DVA), to show the generation and distribution of wealth generated by the institutions that make up the sample. Methodologically this work was developed on two fronts. A theoretical part inquired about the main concepts that involve the credit cooperative, its genesis and dynamics of action in society. The second part, accounting analysis, asked to answer the initial question about the generation of wealth by credit unions in the Midwest based on the analysis of DVAs, using the Statistical Method of Multivariate Analysis through Principal Component Analysis using the software SPSS®. After the debate, it was concluded that, despite the non-mandatory elaboration of the DVA by credit unions, wealth is generated by the entities that composed the sample. It was observed that of the elements of distribution of wealth, the one that had the most significant value was the distribution with Personnel. Therefore, it is possible to affirm that, in the period observed, there was a generation of consistent and valuable wealth for its members and for the society in which they are included.

Key words: Credit Unions. Wealth Generation. Statement of Added Value. Principal Component Analysis (PCA).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstração do Valor Adicionado (Empresas em Geral)	42
Quadro 2 - DVA Modelo para Cooperativas.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dependências Bancárias por Origem de Capital e Para Cooperativas de Crédito.....	25
Tabela 2 – Patrimônio líquido, ativos, depósitos e operações de crédito do segmento bancário (excluindo bancos cooperativos).....	29
Tabela 3 – Valor percentual da relação entre os agregados contábeis das cooperativas de crédito e respectivos agregados do segmento bancário.....	30
Tabela 4 – Relações de Agência.....	33
Tabela 5 – Cooperativas de crédito que compõem a amostra.....	48
Tabela 6 – Valor Adicionado Gerado pela amostra.....	50
Tabela 7 - Valor Adicionado Gerado Ano 2017.....	51
Tabela 8 - Valor Adicionado Gerado Ano 2018.....	52
Tabela 9 - Valor Adicionado Gerado Ano 2019.....	53
Tabela 10 – ANO 2017 Correlation Matrix.....	54
Tabela 11 – ANO 2018 Correlation Matrix.....	54
Tabela 12 - ANO 2019 Correlation Matrix... ..	54
Tabela 13 - ANO 2017 - KMO and Bartlett's Test.....	55
Tabela 14 - ANO 2018 - KMO and Bartlett's Test.....	55
Tabela 15 - ANO 2019 - KMO and Bartlett's Test.....	56
Tabela 16 - ANO 2017 - Total Variance Explained.....	56
Tabela 17 - ANO 2018 - Total Variance Explained.....	57
Tabela 18 - ANO 2019 - Total Variance Explained.....	57
Tabela 19 - ANO 2017 - Component Matrix.....	58
Tabela 20 - ANO 2018 - Component Matrix.....	58

Tabela 21 - ANO 2019 - Component Matrix.....	59
Tabela 22 - ANO 2018 Variáveis Rotacionadas.....	61
Tabela 23 - ANO 2019 Variáveis Rotacionadas.....	62
Tabela 24 - ANO 2018 Variável Ranking.....	63
Tabela 25 - ANO 2019 Variável Ranking.....	64
Tabela 26 - ANO 2018 - Posicionamento Ranking.....	65
Tabela 27 - ANO 2019 - Posicionamento Ranking.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ano 2017 Carga Fatorial dos Componentes da ACP.....	59
Figura 2 – Ano 2018 Carga Fatorial dos Componentes da ACP.....	60
Figura 3 – Ano 2019 Carga Fatorial dos Componentes da ACP.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de Elementos Patrimoniais das Cooperativas de Crédito.....	28
Gráfico 2 - Evolução do Valor Adicionado Gerado.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BP – Balanço Patrimonial

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DRE - Demonstração de Resultado do Exercício

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

DVAs – Demonstrações do Valor Adicionado

PA – Posto de Atendimento

PAC – Posto de Atendimento Comercial

PAE – Posto de Atendimento Especializado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.2.2	Objetivos específicos	13
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	13
1.4	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	COOPERATIVISMO.....	16
2.2	REVISÃO DE LITERATURA	19
2.3	COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA ...	24
2.4	AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SEU PATRIMÔNIO.....	27
2.5	A TEORIA DA AGÊNCIA APLICADA ÀS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	31
2.6	A TEORIA DA DIVULGAÇÃO APLICADA À COOPERATIVA DE CRÉDITO.....	37
2.7	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	39
3	METODOLOGIA	46
3.1	SELEÇÃO DA AMOSTRA E DADOS.....	47
3.2	MÉTRICA DE DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA	49
3.3	DETERMINANTES.....	49
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69
	ANEXO.....	78

1 INTRODUÇÃO

Cooperativas de crédito são um fenômeno que, no Brasil ainda é um fenômeno novo, haja vista diferenciar-se muito dos bancos tradicionais se for observado o foco no cliente, o que elas chamam de “parceiro”, ou cooperado. Essencialmente as cooperativas de crédito se diferenciam de bancos tradicionais não somente em relação ao tipo de tratamento dado aos seus clientes, haja vista essa denominação não fazer parte desse modelo de instituições financeiras, mas também em relação aos tipos de investimentos, às riquezas que buscam gerar e a agregação de valores que propõe em seus estatutos e formas de tratamento de cooperados.

No Brasil, se for considerado todo o histórico econômico desde a redemocratização (1985) até o presente (2019) pode-se perceber que, de acordo com Silva (2015) a evolução econômica não se mantém em ritmo constante, mas tem o que Roberto Campos (2008) chamou de “voo de galinha”, isto é, apresenta um crescimento rápido e logo depois entra em período de contração e recessão, conforme reportagem de AYRES (2019). Afirma Silva (2013) que a década de 1980, contando desde o início até o seu final, ficou conhecida como a “década perdida” em relação à economia e aos avanços sociais, de distribuição de renda e de geração de riqueza. Até mesmo as tentativas governamentais de solucionar as crises econômicas pelas quais o país passava, e ainda passa, revelaram-se equivocadas, mal executadas e com resultados desastrosos, aumentando a concentração de renda, a exclusão social e o contingente de pobres e miseráveis no país.

As receitas seguidas pelos governos sempre se basearam no aperto monetário, no enxugamento da liquidez do mercado e na taxação da população a fim de aumentar a arrecadação e cobrir os déficits fiscais, além de aumento na taxa básica de juros que corrigem o valor dos títulos da dívida pública. Conforme estudos de Metzner e Matias (2015), até 1994 os governos que se sucederam não haviam atacado as causas do problema da espiral inflacionária, da baixa produtividade e da estagnação econômica e desindustrialização do país. Causas estas que estavam no governo e não no mercado e na sociedade.

O advento do Plano Real em 1994, no governo Itamar Franco, buscou atacar as causas do problema das crises fiscais e da espiral inflacionária. Para Miranda (2015), ao atacar o problema e não os seus sintomas, o Plano Real conseguiu frear a espiral inflacionária, dar racionalidade monetária ao país, mas teve como efeito colateral a desestabilização do sistema bancário que, acostumado com os ganhos com a especulação com papéis da dívida pública, estavam desacostumados a investir no setor produtivo e no empreendedorismo.

Foi nesse nicho em que os bancos tradicionais deixaram de lado, que as cooperativas de crédito se firmaram, principalmente com o pequeno financiamento e o investimento de capitais em setores produtivos tradicionais como o agronegócio, só para citar um exemplo. Entretanto, sua maior vantagem e estratégia de capilarização não estava e não está nesse foco de investimento. Essa estratégia apresentada pelas cooperativas é apenas um desdobramento de sua estratégia principal, que é transformar cada tomador de crédito para a produção, em cooperado, bem como transformar cada cliente que invista em sua carteira, também em cooperado, criando uma dinâmica comportamental em que não se tem mais clientes, mas sim parceiros e proprietários desse negócio.

Essa estratégia de negócio, inovadora no Brasil, diga-se de passagem, mas antiga no resto do mundo ocidental, permite o estabelecimento de um comportamento, tanto por parte do cooperado, quanto por parte daqueles que toma crédito nessas instituições, dá uma ideia de pertencimento, de fazer parte de algo maior. O próprio tratamento pessoal dado nas agências das cooperativas demonstra haver uma relação de intimidade entre o cooperado e os agentes que fazem o negócio funcionar. Isso se explica porque não se tem, naquela pessoa apenas um cliente, mas sim um parceiro, um pequeno “dono” daquele negócio.

O tratamento diferenciado em relação aos bancos tradicionais está na raiz do sucesso da cooperativa de crédito. Enquanto nos bancos tradicionais a estratégia de marketing é captar o cliente e depois de capturado este vira um código, um número, ou um protocolo na administração bancária, a cooperativa tem a estratégia de chamar cada cooperado pelo seu primeiro nome. Pode, para quem está de fora, parecer algo banal, ou mesmo sem importância, conquanto, na dinâmica relacional entre o cidadão e a instituição financeira, esse tratamento faz uma diferença muito grande.

Outro fator de elevada importância que diferencia as cooperativas de crédito dos bancos tradicionais está no foco dos negócios e na administração contábil de sua carteira. Nos negócios, a literatura especializada permite dizer que as cooperativas de crédito voltaram sua atenção para um nicho de mercado até então relegado a um segundo plano: o agronegócio, o pequeno e médio produtor e o empreendedor, mas com um diferencial, afirmam DURIGON e SILVEIRA (2010). Esses tomadores de crédito não são tratados apenas como clientes, mas como potenciais cooperados, ou seja, planeja-se um investimento em um negócio com o intuito de receber o seu investimento mais os lucros de volta, além de agregar mais um cooperado ao negócio que se buscou captar. É um fenômeno, pelo menos no Brasil, inovador, diferente e criativo. Se em um banco tradicional, após a tomada de

crédito sou um devedor desse banco, na cooperativa de crédito sou um potencial cooperado. A dívida existe e precisa ser honrada, evidentemente, apesar disso, o tratamento dispensado é estrategicamente calculado para que esse tomador de crédito, no futuro próximo seja agregado como parte do negócio e não como cliente.

Obviamente não tão volumoso quanto os bancos tradicionais, mas com potencial de agregar valores significativos e até mesmo superar os bancos tradicionais, dada a natureza de suas ações e operações. Nesse sentido, os próprios técnicos do Banco Central do Brasil (BACEN) são de opinião de que a incipiência das cooperativas de crédito no Brasil se dá, não porque não haja espaço para o crescimento, mas sim por falta de informação e educação cooperativa da sociedade que ainda vê, com certa desconfiança esse tipo de negócio.

Há que se refletir com cuidado quando se busca abordar a geração de riquezas produzidas por essas cooperativas, uma vez que elas não fazem a publicização de sua Demonstração do Valor Adicionado (DVA), ou seja, sabe-se, pelas publicações do Banco Central um aumento considerável no número de agências, no capital agregado, no volume de aplicações, mas, quando se busca compreender como essas cooperativas têm gerado e distribuído riquezas, acaba-se por encontrar vazios e questões em aberto sobre esses dados. Diante dessa situação, a pesquisa analítica sobre esses processos, com base na Teoria da Agência é fator válido para se compreender essa dinâmica e demonstrar se há, ou não a geração de riquezas empreendida por essas cooperativas ao longo do tempo.

Busca-se, assim, ter uma visão analítica que vai além da simples avaliação positiva de números e de crescimento de agências, de investimentos em negócios e de captação de cooperados. Em tese, o que se busca é valorar a geração de riqueza no médio e no longo prazo. Uma vez que, apesar das cooperativas de crédito terem uma dinâmica diferente dos bancos tradicionais, os seus cooperados não se agregam a elas por benemerência, ou mesmo porque gostam de ajudar, pelo simples fato de ajudar. O interesse no lucro, no ganho, no rendimento, mesmo que de uma forma diferenciada, ainda é um móbil poderoso que inspira o ser humano, independentemente de onde ele se encontra.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O crescimento dos números que envolvem as cooperativas de crédito (Bacen, 2018), a oferta de empréstimos para as pequenas e médias empresas, a estabilidade apresentada em regiões diversificadas do país, bem como a geração de empregos e a influência no meio em que estão inseridas, suscitam indagações sobre o quanto estas entidades geram de riqueza. E

nos importa não somente valorar a riqueza gerada, como também saber como esta riqueza é distribuída e se de fato tais entidades promovem mudanças no meio em que se estabelecem. Surge-nos a seguinte questão norteadora deste estudo:

Qual a riqueza gerada pelas cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro comprovada a partir da análise de suas DVA?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Evidenciar a riqueza gerada pelas cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apurar a riqueza gerada pelas cooperativas de créditos do centro-oeste brasileiro;
- Verificar a relevância da riqueza gerada pelas cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro, através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA); e
- Classificar estatisticamente as cooperativas com base no valor adicionado gerado.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A realização deste trabalho dissertativo busca evidenciar a relevância das cooperativas de crédito no mercado de 2019 e seu protagonismo em relação ao financiamento e captação de cooperados para o crescimento dos negócios. Entretanto, com a falta de elaboração e consequente divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um controle transparente desses organismos que evidencie a geração de riquezas fica comprometido.

No contexto social e econômico nacional em que o país passa por crises cíclicas, com alguns lampejos de crescimento, mas sem sustentabilidade temporal, as cooperativas de crédito se colocaram como fator fundamental na alavancagem desse crescimento, especialmente se comparados com o mercado tradicional de capitais representados pelos bancos de varejo já estabelecidos na nação.

Levando-se em consideração o fato de que as cooperativas de crédito se tornaram um fator de empreendimento de negócios, alavancando a produção acabam desempenhando papel fundamental na cadeia de produção e na estrutura social, pois, ao financiar pequenos, médios e até mesmo grandes negócios, acabam por sustentar uma cadeia produtiva e a sustentação de empregos necessários à sociedade. Assim sendo, esse segmento que é financeiro, mas também de apoio ao produtor, e, mais especificamente, ao produtor rural, como na maioria dos empreendimentos médios e micros, acaba por manter ativa a economia nacional.

Em um momento histórico em que a credibilidade das instituições escora-se em transparência, compromisso e responsabilidade social, a não elaboração e divulgação da DVA que demonstraria com propriedade a geração da riqueza gerada pelas cooperativas de crédito bem como sua distribuição para a sociedade, para sociedade e para os seus cooperados, tornasse uma incógnita a ser estudada. No caso da Academia, a transparência na divulgação da DVA permitiria que estudos mais condensados e oportunos sobre as cooperativas de crédito no país fossem realizados.

Assim sendo, este trabalho se justifica, na medida em que procura lançar luz sobre o processo de cooperativas de crédito e sua importância dentro da macroeconomia. No caso da Contabilidade Societária permitirá que mais estudos possam ser realizados na busca de aperfeiçoamento, tanto da teoria, quanto do conhecimento existente sobre as cooperativas em si mesmas.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta pesquisa está estruturada em partes que se complementam. A primeira parte, de fundamentação teórica busca analisar o conceito de cooperativa de crédito dentro de uma perspectiva histórica de evolução, tendo como pano de fundo o mundo ocidental e mais especificamente a realidade brasileira. Nessa fundamentação teórica buscou-se fazer um amplo debate com outros pesquisadores que se debruçaram sobre o mesmo tema, tendo como diretriz a Teoria da Agência e a Teoria da Divulgação como norteadoras das discussões.

Faz-se, ainda um levantamento de publicações realizadas na mesma linha de indagação deste trabalho em teses de doutorado, dissertações, capítulos de livros, artigos publicados em meio físico e eletrônico sobre o tema cooperativa de crédito. Para tanto, buscou-se fazer um recorte temporal com publicações realizadas no século XXI, dando preferência para textos publicados a partir de 2014. Isto porém, não quer dizer que textos

anteriores a esses fossem desprezados, deles se lançou mão, quando imperioso para a compreensão de um conceito, ou uma norma.

Na segunda parte deste trabalho buscou-se evidenciar a metodologia utilizada na pesquisa, desde a coleta de material teórico até a análise dos dados pesquisados no Banco Central do Brasil a respeito das cooperativas de crédito. Importa frisar que essa metodologia pretendeu aliar um referencial teórico e as evidências dessa teoria na aplicação prática do gerenciamento das cooperativas de crédito no país.

A terceira parte, analítica, por sua vez, foi uma discussão aprofundada entre as evidências encontradas na pesquisa dos dados coletados em articulação com o escopo teórico da pesquisa, de maneira que ambos pudessem se comunicar e se completar, proporcionando uma leitura produtiva para um leitor competente da realidade das cooperativas.

Deve-se deixar claro que a falta em se elaborar e publicar as DVAs por parte das cooperativas de crédito não permitiu realizar análises consistentes sobre a questão inicial, isto é, se há geração continuada de riqueza, por parte dessas instituições, ou são apenas motivadores de segurança monetária para investidores. Entretanto, as evidências apriorísticas permitem apontar para uma resposta positiva, ainda que havendo a carência desses dados, mas embasados na própria evolução sistêmica dessas cooperativas nos últimos cinco anos, conforme os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo faz uma análise teórica sobre a atuação das cooperativas de créditos que, atuando onde os grandes bancos de varejo não vislumbram lucro, têm se tornado grandes alavancadoras no financiamento de crédito do agronegócio e outros tipos de investimentos. Diferentemente de bancos de varejos, as cooperativas não possuem clientes, mas sim cooperados, ou seja, pessoas que investem seus recursos e se tornam sócias do empreendimento cooperado, de modo que o tratamento dado é mais pessoal e mais aproximado das pessoas, além de gerar confiança mútua e favorecer a captação de outros potenciais cooperados no empreendimento.

2.1 COOPERATIVISMO

O Cooperativismo de Crédito é um setor de atividade financeira que mais vem crescendo no mundo. De acordo com Schneider (2006), nos países desenvolvidos, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, grande parte dos negócios é financiado por cooperativas de crédito, representando, em casos como a Alemanha, em 38% do financiamento de cooperados daquele país. Ainda, segundo o autor (2006), as cooperativas em países como França e Canadá têm apresentado uma lucratividade até 60% maior que os bancos tradicionais, dada a própria natureza da cooperativa. Contribuindo com o contexto internacional, Motta (2014) teve a percepção que a legislação determinada por países como a Alemanha, a Argentina e o Brasil, está diretamente ligada a constituição e operacionalização das sociedades cooperativas, regendo-as e subordinando-as. Conclui contudo, que independentemente das obrigatoriedades legais, a atuação destas entidades proporcionam uma maior eficiência econômica em todo o sistema financeiro nacional.

Como um fenômeno financeiro e contábil, ainda segundo Schneider (2006) aponta que, em países como França, as cooperativas estão em movimentação de integração como forma de fortalecimento e competição com bancos tradicionais. Afirmar também que, naquele país, três cooperativas já respondem por cerca de 65% do mercado de crédito formal: Caisse D'Erpagne (22%), Credit Mutuel (20%) e Credit Agricole (23%). E, conclui ainda, que tal participação não significa o fim dos bancos tradicionais como conhecemos. Ao contrário, isso pode parecer uma excelente oportunidade para a ampliação da concorrência e o barateamento de crédito para o setor produtivo e um ganho de produtividade para toda a sociedade.

Esse quadro mundial sobre as cooperativas de crédito não encontram o mesmo eco na sociedade brasileira. Para Schneider (2006), apesar da similaridade com uma instituição bancária tradicional, o posicionamento das cooperativas brasileiras é tímido. Faltando a elas maneiras de atuar de forma sistêmica para mostrar suas diferenças e vantagens à sociedade. Acrescenta a afirmação de que um diferencial para tais instituições é o desenvolvimento local que podem proporcionar, pois os valores nela aplicados seriam reinvestidos na própria região, fomentando a geração de empregos e o desenvolvimento econômico das suas regiões.

Conforme Bastos (2016) isso é totalmente diferente, já que sua ação tende a fortalecer a cooperativa na qual está agregada. Em outras palavras, quando o cidadão se integra a uma cooperativa, acaba por fazer parte de sua estrutura social, não como um cliente, mas como parte da mesma, ou, em palavras mais simples, passa a ter propriedade sobre uma parcela dessa cooperativa, cabendo então zelo para que ela prospere.

De fato, percebe-se que, no Brasil, o tema cooperativismo ainda é incipiente e de pouca profundidade na sociedade, isto decorre, consoante Bastos (2016), principalmente da falta de informação e de educação do brasileiro sobre a dinâmica das cooperativas, sua dinâmica de existência e sua função. Embora possa parecer um contrassenso, na contemporaneidade, quando o assunto é cooperativismo, ou mesmo o mercado financeiro, nem se pode dizer que o brasileiro é conservador. O que se pode constatar é que o brasileiro possui pouca informação sobre essa modalidade de investimentos e créditos.

Relata ainda o autor supra citado, experiências em vários países da União Europeia sobre o cooperativismo aponta que uma das estratégias utilizadas pela sociedade, com apoio governamental e investimento das cooperativas é a educação cooperativa, ou seja, o investimento na formação e disseminação de informação no sistema de ensino, de modo que desde cedo esse tema se torne corriqueiro na vida das pessoas.

Antunes *et al.* (2012) ao fazerem uma digressão histórica sobre as práticas contábeis internacionais adotadas pelo Brasil nos últimos anos apontam que o tema da cooperativa e do gerenciamento cooperativo ainda é sensível e que, somente a partir da década de 1990 até a época do estudo que houve um maior interesse em se pesquisar e analisar a dinâmica da cooperativa no Brasil e seus impactos sobre o comportamento das pessoas.

Por ser uma estrutura diferenciada do banco tradicional, a cooperativa causa um impacto muito forte na percepção do cooperado. Basicamente, há a necessidade de fazer um estudo epistemológico sobre essa relação, haja vista haver uma grande diferença entre o

banco, como ainda o concebemos, e as cooperativas e como elas se apresentam (ANTUNES *et al.* 2012).

Em tese, de acordo com Costa e Melo (2017) a dinâmica da cooperativa, sua natureza, sua essência está em fazer com que as pessoas se sintam parte dela. Ou seja, diferentemente de um banco tradicional, o cliente na cooperativa é um de seus proprietários, e não apenas um número de contrato.

Neste contexto, Zimnoch e Mazur (2018) debatem o mesmo tema, tendo como espaço de pesquisa a Polônia. Diferentemente do Brasil, a Polônia saiu de um sistema centralizado de economia, sem liberdades individuais, para uma integração muito rápida ao espaço da União Europeia, contudo, o estudo dos autores apresenta uma característica muito comum com o Brasil, quando o assunto é cooperativa: o pouco conhecimento do cidadão a respeito delas, e os entraves estatais para a sua ação em âmbito regional e nacional.

Analisando a importância das cooperativas, os autores pontuam que elas tiveram um papel fundamental na superação da crise econômica de 2008 – o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos que afetou todo o mundo ocidental – bem como na dinâmica econômica, centrada, principalmente no apoio com crédito a pequenas empresas, ou mesmo microempresas que estão na base da cadeia econômica de uma nação.

No entanto, assinalam ainda que, apesar desse valor positivo das cooperativas, em países como a Polônia, onde a visão estatal ainda é forte, o dirigismo ainda está presente, cooperativas de crédito tendem a ser vista com desconfiança, ou mesmo receio. Essa visão, segundo os autores, está mais na falta de informação, de educação sobre o cooperativismo, do que na inconsistência das mesmas. O relato dos autores sobre a situação das cooperativas na Polônia, apesar da contramão em relação à Europa Ocidental, vem mudando com a abertura do país dentro da União Europeia.

Costa e Melo (2017) ao abordarem a gestão cooperativa, de início fazem um apanhado histórico sobre o cooperativismo no Brasil e sua importância na dinâmica produtiva. Identificam o que se pode chamar de visão renitente sobre a cooperativa. Essa visão renitente, ou desconfiança sistêmica, segundo os autores é fruto da própria instabilidade do mercado financeiro brasileiro. A falência de bancos, principalmente na década de 1990, quando do processo de estabilização econômica, e mesmo as moratórias promovidas pelo governo brasileiro em relação às suas dívidas, geraram um clima de desconfiança preventiva a instituições de crédito.

Essa visão renitente, parte do princípio de que, instituições financeiras não são seguras, ou são utilizadas apenas como um caminho, ou uma estratégia de negócio que beneficia apenas os seus controladores, mas não os seus acionistas, ou mesmo seus correntistas. Essa desconfiança é renitente e de difícil superação. Mesmo porque o país ainda não encontrou um caminho de crescimento sustentável duradouro, ou mesmo uma relação de equilíbrio entre dívida pública, crescimento econômico e produtividade (COSTA; MELO, 2017).

Em outras palavras, no Brasil, de acordo com Souza (2017), com o governo sendo um grande tomador de dinheiro que poderia ser investido na produção, tornou-se mais seguro emprestar dinheiro ao Poder Público, com uma taxa de juros absurda, do que investir na produção. Mesmo esse tipo de investimento, pode ser considerado conservador, pois centralizado nos grandes bancos essa modalidade de empréstimo, sufoca-se o pequeno tomador de crédito, e mesmo os pequenos negócios financeiros.

Como a cooperativa rompe com essa prática tradicional de grandes bancos – hoje há correntes de pensamento que chama essa prática de rentismo, isto é, rompe com a visão que a sociedade tem sobre o mercado financeiro, com grandes bancos com poucos controladores, ou mesmo, com o controle de uma única pessoa, ou uma única família, para uma organização cuja propriedade é de controle do cooperado, descentralizada e com autonomia, a mudança tende a vir acompanhada de desconfianças, de falta de informação e de conhecimento de maneira natural (LONDERO, 2015).

A compreensão da atuação de cooperativas de crédito, de acordo com Costa e Melo (2017), é o centro desta pesquisa e do debate que se quer evidenciar. Tomando como base a Teoria da Agência aplicada às cooperativas de crédito busca-se verificar a geração de riquezas que essas instituições estão trazendo para seus cooperados e para aqueles em que ela investe e financia. Saber como aproveitar essa oportunidade econômica é um fator bom para o Brasil. Conhecer seu funcionamento societário e contábil é uma necessidade para seus cooperados, administradores e pesquisadores que se debruçam sobre o assunto.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

O escopo teórico sobre a Teoria da Agência e que pode ser aplicada às cooperativas de crédito possui vasto material de apoio. Não obstante, optou-se por um recorte temporal e situacional que privilegiasse as publicações de caráter nacional e internacional publicadas no período de 2008 a 2018.

Não significa dizer que estudos mais antigos não possam ser citados, haja vista o fundamento teórico desse tema ser anterior a esse recorte temporal. Buscou-se, assim privilegiar esses estudos, mais recentes, sem desprezar os estudos anteriores a esse tempo. A Revisão de Literatura que se apresenta neste trabalho, foi concebida através de buscas na base de periódicos CAPES, Plataforma Scielo, Google Acadêmico, Plataforma Redalyc e Plataforma Science Direct, utilizando-se as palavras-chaves: Cooperativas de Crédito, Geração de Riqueza, e Demonstração do Valor Adicionado. O resultado das buscas divide-se em Teses e Dissertações, Manuais, Livros e artigos publicados em revistas especializadas de circulação nacional e internacional, conforme Anexo A – Trabalhos Anteriores.

A discussão realizada por Sebastião (2014) a respeito das cooperativas de microcrédito em Angola, e mais especificamente em Luanda, já mostram o valor positivo desse tipo de empreendimento, ou seja, demonstra que, quando uma sociedade não está estruturada para dar suporte financeiro por meio de grandes bancos, ou mesmo de banco de fomento, seja por qualquer motivo que for, abre-se um nicho de oportunidade que as cooperativas de crédito estão assumindo. O resultado desse movimento é um crescimento geométrico, não somente na alocação de crédito, como também na pulverização de cooperados que acabam por agregar-se a essas cooperativas.

Souza (2017) centra seu estudo e pesquisa nas cooperativas agropecuárias. Conhecido como um estado cuja base da economia é o agronegócio, convive-se, no Mato Grosso do Sul grandes propriedades produtoras que conseguem crédito em bancos oficiais, bem como pequenos e médios produtores que encontraram nas cooperativas a saída para continuar produzindo e gerando riqueza e renda.

Jesus (2015), ao analisar as relações societárias em empresas de crédito e cooperativas chama a atenção, em seu trabalho, para as adequações contábeis brasileiras às normas internacionais. Esse é um passo importante a ser tomado e analisado, haja vista haver uma uniformização de análise contábil societária, principalmente em cooperativas de crédito. Se essas cooperativas, como vêm ocorrendo na Europa e na América do Norte estão assumindo um lugar de destaque no financiamento e na geração de riquezas, obviamente esse é um processo que tende a ocorrer no Brasil, e que, portanto, a necessidade de adequação torna-se um imperativo.

Londero (2015) ao analisar o impacto na geração de riqueza de cooperativas agropecuárias aponta que a relação entre o gerenciamento executivo dessas cooperativas e o

trato com o cliente e potencial cooperado é a raiz para o sucesso desse tipo de empreendimento. A autora pontua que, o que gera um movimento de cooperação nessas instituições é o tratamento diferenciado, a proximidade executiva com o cooperado e o cliente e a relação pessoal que se estabelece entre as partes.

Obviamente, no mundo dos negócios, a impessoalidade é uma marca positiva, todavia, na dinâmica das cooperativas, que se estabelece quase como um negócio entre conhecidos, o relacionamento familiar, pessoal e quase íntimo acaba sendo um valor de agregação e de construção de relações que levam ao aumento da produção e de geração de riquezas para a própria cooperativa.

Como resultado, Silva (2015) analisando o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) no município de Franca (SP) evidenciou essa mesma dinâmica. A cooperativa da região vem ganhando efetividade e gerando riqueza na mesma medida em que faz um tratamento diferenciado que os grandes bancos não o fazem. Além do mais, com o afunilamento do sistema bancário, tornando-se quase um oligopólio, clientes com menor poder de barganha, ou mesmo, com pouca disponibilidades de bens como seguro, acaba não tendo crédito nessas instituições, o que abre um grande nicho para que cooperativas como a de Franca, segundo Silva (2015) possam crescer, juntamente com seus cooperados.

O estudo de Jacques (2015) em análise de cooperativas de crédito na região sul do Brasil aponta para os mesmos resultados apresentados por Silva (2015), porém, com um fator integrador maior. Na região sul, onde as relações pessoais são mais evidentes e os laços de família, de amizade e de origens mais fortes, a tendência é haver um processo de regionalização, sem uma expansão para fora desse universo, das cooperativas de crédito. No curto prazo isso pode ser benéfico, haja vista fortalecer a cooperativa, mas no longo prazo, ainda segundo Jacques (2015), esse processo tende a limitar o raio de ação da cooperativa, exigindo, para isso uma gestão administrativa mais flexível e mais dinâmica.

Compreender a cooperativa de crédito apenas como um fenômeno contemporâneo é uma situação histórica que Schneider (2006) desmistifica em sua dissertação. Fazendo uma investigação histórica, o pesquisador retorna à gênese das cooperativas ao final do século XVII e início do século XVIII, podendo, inclusive, ser muito mais antiga, entretanto, como o material que foi pesquisado deixa margem a interpretações inconsistentes, utiliza como marco o século XVIII. Para o pesquisador, a filosofia inicial da cooperativa em ser uma entidade de auxílio mútuo é, na atualidade, responsável pelo seu sucesso no curto e médio

prazo. Ao partir de um discurso que não visa apenas o lucro pelo lucro, o sistema de cooperativa acaba por agregar pessoas que, em outras situações, se afastariam desse tipo de organização. O autor vai até esse ponto, nesse caso, é melhor ficar nele também, haja vista abrir terreno para especulações sem fundamento.

Em 2012, o estudo de Balassiano sobre a Teoria da Agência teve um direcionamento entre a Administração e as Ciências Contábeis, sua pesquisa fornece uma base teórica que pode ser aplicada a análise de gerenciamento das agências de cooperativas de crédito, uma vez que, apesar de seu caráter quase que familiar e amistoso, ainda se trata de um negócio que possui regramentos e leis específicas e que responde a uma autoridade monetária.

Por fim, Costa (2015) em trabalho sobre a aplicação da Teoria da Agência em administração de recursos públicos aponta que esse é um passo essencial que a administração pública brasileira precisa tomar, isto é, transformar a administração pública dentro de uma ideia e de uma filosofia nos mesmos moldes que as cooperativas de crédito, sendo eficientes, efetivas e eficazes em relação ao seu campo de ação e tendo o cidadão como parceiro de suas ações.

Apesar das cooperativas de crédito terem uma especificidade diferenciadas dos bancos, estas ainda estão sob ditames da lei, de uma autoridade monetária e da confiança de seus cooperados. Saber como agir dentro dessa dinâmica se relaciona, não somente às normatizações legais, mas também às ferramentas e suportes técnicos existentes para um trabalho ser desenvolvido. Como consequência, a obra de Meneses (2016) busca fazer uma análise das ferramentas contábeis de controle e gestão de cooperativas às determinações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2009) e dos marcos legais estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro (2003).

Martins *et al.* (2013) ao fazer a análise dos pressupostos contábeis, afirmam que essas diretrizes estabelecidas pelo CPC, bem como a aderência do Brasil às normas internacionais de contabilidade societária permitiram a abertura para que haja maior troca de informações e de controle de atividades de crédito, ou mesmo empresarial. Isto é, essa aderência nacional não se resume apenas às atividades de controle e verificação, mas também à visão comportamental sobre o trabalho do contador e o gerenciamento de cooperativas de crédito, já que informações entre o exterior onde esse tipo de empreendimento é mais amadurecido, pode trazer inovações que auxiliem o gerenciamento por aqui.

Corroborando, Diniz (2015) se adianta bastante ao analisar como as demonstrações financeiras e contábeis, utilizando como diretriz as normas internacionais de contabilidade, geram confiança e segurança de um potencial cooperado, fazendo-o sentir-se seguro para aderir a um tipo de cooperativa. De uma certa forma, pode-se dizer que esse movimento de aderência nacional às normas internacionais estimula à transparência de gestão, bem como dão segurança ao cidadão em fazer parte de uma cooperativa.

Para tanto, segundo cartilha do Banco Central do Brasil – BACEN (2016), há a necessidade de se investir na educação populacional para que ela saiba o que vem a ser uma cooperativa, como ela funciona e para que ela serve. A publicação do SEBRAE– Serviço Brasileiro da Pequena e Média Empresa, em cartilha de 2014, já apontava para esse tipo de esclarecimento, ainda que de maneira bastante pontual e sem profundidade técnica.

Na verdade, pode-se perceber que esse documento editado pelo SEBRAE (2016) visa discutir o papel das cooperativas de crédito dentro do sistema produtivo, que ainda é vista como uma atividade subsidiária que atua onde os grandes bancos não têm interesse, ou mesmo não vêm possibilidade de lucro. Apesar de haver essa visão preconceituosa sobre as cooperativas de crédito, o seu avanço, no século XXI tem demonstrado que as análises iniciais estavam equivocadas quanto a seu papel subsidiário.

Especificamente sobre a geração de riquezas por cooperativas de crédito, o trabalho de Kammers *et al.* (2016) estudou como essas associações conseguiram adentrar-se em um mercado competitivo, atendendo clientes e captando cooperados em um momento da vida nacional em que as crises financeiras se sucediam constantemente e instabilidade econômica era uma realidade patente.

A resposta encontrada, neste caso, no estudo de Costa e Melo (2017) está no marketing agressivo de captação de cooperados e também na visão, pode-se dizer, onírica, de estar ajudando quem precisa de apoio financeiro e não o encontra em instituições financeira de grande porte. Esse mesmo marketing agressivo acabou por gerar conflitos entre agências de cooperativas, bem como na fidelização do cooperado. Estudos de Costa e Melo (2017), Maciel *et al.* (2018), Machado *et al.* (2016) e Fully *et al.* (2018) apontam para uma mesma direção, qual seja, diante de uma retração dos grandes bancos e da disponibilidade financeira de quem quer empreender e investir, houve uma abundância de capital disponível que bastava ser captado. O formato de cooperativa, que difere em muito dos bancos tradicionais oferecia e oferece uma forma de tratamento e de visão humana diferenciada.

A agressividade de captação, bem como a desconexão do segmento brasileiro ao segmento internacional gerou esse tipo de atrito. Como bem lembra Diniz (2015), a partir do momento que o Brasil se abriu para a adoção das normas internacionais de contabilidade, esses atritos e conflitos tendem a se minimizar, ou mesmo a desaparecer, haja vista haver um regramento uniforme entre as agências de cooperativas em uma mesma localidade.

Da mesma forma, o trabalho de Perrilleux *et al.* (2016) já apontava, na Bélgica, como as cooperativas de crédito foram importantes para a superação do estouro da bolha imobiliária que afetou a Europa, quase com tanta intensidade, quanto nos Estados Unidos. Os pesquisadores expõem que, no auge da crise, enquanto os grandes bancos se, as cooperativas de crédito foram as responsáveis por manter a economia funcionando e gerando retraiam renda e riqueza. Mesmo assim, os pesquisadores são cautelosos, haja vista haver, também muito auxílio mútuo por parte de outros integrantes da UE que se ajudaram, mas mesmo as bases desse auxílio encontraram respaldo nas cooperativas de crédito.

Essa situação apresentada e observada no Brasil também pode ser percebida no texto de Zimnoch e Mazur (2018) sobre o crescimento das cooperativas de crédito na Polônia. Analisando como o país se organizou após o fim do comunismo e a entrada na zona do Euro, as pesquisadoras denotam que as cooperativas de crédito são, na atualidade, a base de toda a cadeia produtiva polonesa, bem como responsável pela geração de quase 40% da riqueza de todo o país.

2.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Apesar de no mundo não ser um fenômeno novo, como informa Schneider (2006), no Brasil as cooperativas de crédito, principalmente aquelas voltadas para o agronegócio tiveram um crescimento constante somente no século XXI. Visto que isso não significa que o fenômeno da cooperativa não tenha encontrado solidez no país. O que se pode perceber é que, somente nos últimos anos, com a desregulamentação do setor financeiro é que esse modelo de negócio financeiro pode ter um crescimento assegurado.

Londero (2015) explicita esse fenômeno, principalmente no agronegócio, considerando-se esse um dos poucos setores que não sofreram com as diferentes crises econômicas setoriais que afetaram o mundo desde o final da década de 1990. Em função disso, aponta ainda que houve um aumento da participação de cooperativas, principalmente agrícolas na organização financeira e produtiva do país.

Aliás, dados do Banco Central do Brasil (2019), em uma série histórica de 2016 a 2018 aponta o aumento da participação das cooperativas de crédito na economia nacional, conforme pode ser visto na tabela 1:

Tabela 1: Dependências Bancárias por Origem de Capital e Para Cooperativas de Crédito

Instituições		2016				2017				2018			
		Ag.	PA	PAC	PAE	Ag.	PA	PAC	PAE	Ag.	PA	PAC	PAE
Bancos Públicos	CEF	3.412	859	-	6.151	3.394	824	-	5.732	3375	805	-	5570
	Múltiplos	6.720	2.072	-	10.509	6.053	2.374	-	9.276	5983	2198	-	8410
	Comerciais	124	25	-	-	120	4	-	-	120	4	-	-
Bancos Privados Nacionais	Múltiplos	9.340	25	-	14.076	8582	6.134	-	13.832	8433	2061	-	1802
	Comerciais	25	2.034	-	-	25	3	-	148	25	-	-	205
Bancos Privados com controle estrangeiro	Múltiplos	2.914	25	-	1.257	2.876	1.255	-	1.327	2903	1335	-	1345
	Comerciais	12	3	-	-	12	-	-	-	11	-	-	-
Cooperativas de Créditos		-	-	4.687	888	-	-	5.949	909	-	-	6340	910
Totais		22.547	5.043	4.687	32.876	18.186	10.594	5949	31.224	20850	6403	6340	18242

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Relatório Estabilidade Financeira/BACEN (2019)

Os dados com posição no último dia do ano de 2016 apontam a participação bancária no sistema financeiro nacional. Pode-se perceber que a Caixa Econômica Federal se mantém como líder absoluta em todos os segmentos de atendimento, ou seja, Agências, Posto de Atendimento (PA), Posto de Atendimento Comercial (PAC), e Posto de Atendimento Especializado (PAE).

Uma leitura abalizada dessa tabela aponta haver uma concentração de serviços e atendimentos em bancos públicos, múltiplos e incipiente em bancos comerciais puros. Note-se que o próprio Banco Central, em cartilha de 2016 já pontuava a necessidade de se expandir o conceito de cooperativas de crédito, porém não elucidava os motivos dessa visão futurista de negócios.

Por conseguinte, Pinheiro (2015) em uma análise histórica sobre a evolução das cooperativas, tanto no mundo ocidental, quanto no Brasil aponta haver um movimento de aproximação entre o crédito e o cidadão, não mais a partir de uma relação puramente comercial, mas a partir de uma aproximação familiar entre as pessoas. Nesse sentido, Hunter (2012) em uma obra bastante polêmica sobre a atuação humana no mercado de capitais já apontava essa movimentação do ser humano, em função da própria dinâmica da sociedade.

Hunter (2012), apesar de não tratar diretamente sobre o assunto cooperativa, trata de um assunto que, aparentemente é tangencial, no entanto trata-se de uma tendência do século XXI que é a responsabilidade social das empresas e uma movimentação mais aproximada com essa mesma sociedade. Isto é, na afirmativa do autor, o maior capital que uma empresa, não importando a sua natureza, ou sua área de atuação, o que mais importa é como a empresa agirá em relação à sociedade.

Em relação ao ano de 2016 pode-se observar um aumento no número de cooperativas de crédito existentes no Brasil, ao mesmo tempo em que PA, PAC e PAE diminuíram em uma grande proporção. Perrileaux *et al.* (2016) em seu trabalho sobre o papel das cooperativas de crédito mostram como no século XXI, neste início as cooperativas passaram a ter uma parte importante no setor financeiro.

A diminuição das agências bancárias, o aumento do uso de aplicativos acaba por despersonalizar o relacionamento entre a instituição financeira e o público que se utiliza dessas instituições. Para Souza (2017), as cooperativas vêm ganhando espaço, demonstrando grande expansão nos últimos anos, pois nesse modelo de negócio a figura do cliente não existe. O que existe são cooperados e potenciais cooperados que contribuem para o sucesso no médio e longo prazo do negócio cooperado.

Em 2015 Jacques já havia feito uma análise semelhante envolvendo cooperativa, só que em uma perspectiva urbana de atuação, ou seja, cooperativas voltadas para o microcrédito urbano, ou o crédito urbano. De certa forma, Jacques (2015) aponta que a estratégia de crescimento de cooperativas está não na captação de pessoas que simplesmente pegam dinheiro dela para empreender, mas sim em pessoas que, pegando esse dinheiro acaba por se tornar cooperado, ou parte integrante da cooperativa, sendo coproprietário da mesma em pequena escala.

A análise dos dados de 2018 em relação a 2016 demonstra um avanço consistente das cooperativas de crédito em relação aos bancos tradicionais. Em 2016 havia 10.442 referências de banco oficial, no caso Caixa Econômica Federal contra 5.575 agências de cooperativas de crédito. Já em 2018 as referências de banco caíram para 9.750 e as cooperativas aumentaram para 7.250.

Em relação a bancos múltiplos, comerciais controlados por nacionais, ou internacionais, todos apresentaram queda no número de PA, PAC e PAE, na mesma proporção que as cooperativas aumentaram sua participação física nesse segmento. Assim, é

necessário que se faça uma análise mais detalhada da participação financeira dessas cooperativas na movimentação financeira do país.

Os dados de 2017 do Banco Central demonstram que houve um aumento significativo do número de cooperativas de crédito no Centro Oeste, da ordem de 27% entre 2015 e 2017. De acordo com Souza (2017) esse fenômeno está ligado ao avanço do agronegócio e do incremento da exportação das commodities agrícolas. Mas também reflete um movimento de interiorização dos negócios que envolvem o crédito cooperado que não se fixa mais apenas no ambiente urbano.

O ano de 2018 apresenta uma leve queda do aumento de cooperativas no Centro Oeste, bem como em todo o país. Isso pode ser explicado devido aos fatores exógenos relacionados à recessão econômica, bem como à insegurança financeira e jurídica pelo qual passa o país. No próximo tópico será analisado o avanço patrimonial e líquido das cooperativas a partir do mesmo recorte temporal informado pelo Banco Central.

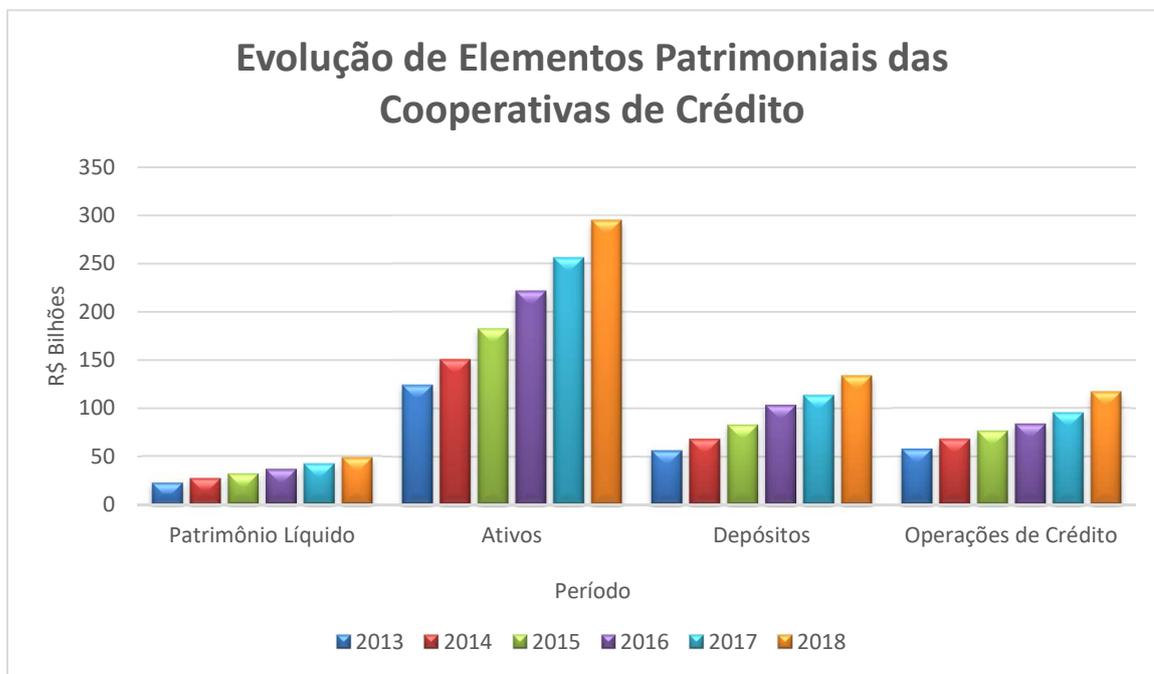
2.4 AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SEU PATRIMÔNIO

A compreensão da valorização patrimonial e de crédito das cooperativas tem apresentado uma evolução positiva, se contados os dados divulgados pelo Banco Central, tendo como ponto de partida o ano de 2013. Essa variação positiva, de acordo com Zimnoch e Mazur (2018) possui um componente duplo social e econômico. O valor social faz referência à postura dessas cooperativas dentro da sociedade, ou seja, ela agrega um valor diferenciado que os bancos de varejo e de investimento não conseguem agregar em suas carteiras.

Já no aspecto econômico, Zimnoch e Mazur (2018) pontuam que, ao oferecer um tipo diferenciado de serviço, cria um comportamento econômico diferenciado que se parece uma mistura de benemerência com o propósito de ganhar dinheiro, oferecendo um modelo de desenvolvimento econômico diferenciado, baseado na cooperação e não somente no retorno financeiro de curto e médio prazo. Em vista disso, denotam os autores que os investimentos cooperativos tendem a ser de longo prazo. Uma vez que as cooperativas agregam cooperados e não clientes, sua projeção financeira é transformar um potencial cliente, em um agregado permanente.

Os demonstrativos divulgados pelo Banco Central do Brasil a respeito das cooperativas de crédito, apresentam uma variação positiva. O Gráfico 1 abaixo demonstra essa variação:

Gráfico 1 - Evolução de Elementos Patrimoniais das Cooperativas de Crédito



Fonte: Elaborada pela autora com dados do IF.data / Bacen (2019)

Valores relativos a patrimônio líquido, depósitos, operações de crédito e ativos referem-se, respectivamente, aos valores das colunas Patrimônio Líquido, Depósitos Totais, Op. de Crédito e Arrendam. Mercantil Total e Ativos Totais do relatório IF.Data (<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>) para as Cooperativas de Crédito autorizadas. Note-se que o patrimônio líquido das cooperativas entre 2013 e 2018 teve um salto quantitativo de 46,9% positivo, saltando de 22,8 bilhões de reais para 48,6 bilhões. Isso contando em um período de crise econômica e estagnação produtiva do país.

Da mesma forma, os ativos dessas cooperativas tiveram um incremento de 42,1 % nos ativos. Outro dado positivo das cooperativas pode ser observado nos depósitos apresentam a mesma variação positiva de 42,1% saltando de 56,4 bilhões de reais em 2013 para 133,8 bilhões em 2018. Por fim, o dado, que se acredita mais importante para esta discussão relaciona-se às operações de crédito no mesmo período, saltando de 57,9 bilhões de reais em 2013 para 116,7 bilhões em 2018 havendo um aumento de 49,6, ou quase dobrando a capacidade de operações de crédito em um curto período de tempo. Na tabela 2

observa-se a evolução dos bancos de varejo e de investimentos no mesmo período, conforme divulgado pelo BACEN.

Tabela 2: Patrimônio líquido, ativos, depósitos e operações de crédito do segmento bancário (excluindo bancos cooperativos)

Agregados patrimoniais	Valores em R\$ bilhões					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Patrimônio Líquido	433	459	481	519	570,2	612,5
Ativos	5.411	6.199	6.863	6.935	6.905,3	7.433,5
Depósitos	1.746	1.830	1.928	1.957	2.143,7	2.423,4
Operações de Crédito	2.243	2.538	2.990	2.633	2.583,0	2.662,7

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IF.data / Bacen (2019)

Valores obtidos do relatório IF.data considerando o total das colunas Patrimônio Líquido, Depósitos Totais, Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Total e Ativos. Totais para as instituições do macrossegmento bancário I e excluindo os valores relativos aos bancos cooperativos (Bancoob e Bansicred).

Nesse mesmo período os bancos tradicionais também sofreram uma evolução positiva em relação às cooperativas de crédito. A comparação entre essas duas situações é complicada, haja vista se falar de estruturas gigantes em relação a estrutura pequenas. Veja que a evolução do patrimônio líquido dos bancos entre 2013 e 2018 saltou de 443 bilhões de reais para 612,5 bilhões. Os ativos, ou seja, os créditos positivos saltaram de 5.441 trilhões para 7,433,5 trilhões de reais.

Os depósitos evoluíram de 1.746 trilhões de reais para 2.423,4 trilhões de reais entre 2013 e 2018, enquanto as operações de crédito foram as que menos variação positiva sofreram nesse período, de cerca de duzentos bilhões de reais no período de seis anos. Uma análise conjuntural a respeito dessa variação relacionada aos ativos e aos depósitos nos bancos, exclusive as cooperativas de crédito, pode ser creditada em parte ao conservadorismo do cidadão que possui dinheiro em banco.

Vale notar que, entre 2013 e 2018 o Banco Central do Brasil possuiu uma das maiores taxas de juros de referência – SELIC, ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia - que variou entre 7,5% e 10% nesse período. Com uma taxa de juros básicos atrativos relacionados aos papéis públicos, a tendência do capital era a migração para os títulos públicos. Além disso, a deterioração do ambiente produtivo também influenciou para esse tipo de

comportamento dos bancos e dos clientes. Era mais lucrativo a remuneração oferecida pelos títulos públicos, do que o investimento na produção em si.

Há que se levar em conta, também, a desconfiança do mercado futuro nas ações do governo em relação à interferências na economia e na taxa de juros, acabou por fazer com que o investidor, o poupador buscasse investimentos mais seguros, o que ele encontrou nos juros da dívida pública esse nicho de segurança.

É preciso observar o último quadro desta sequência que faz referência a um valor agregado entre as cooperativas de crédito e os bancos tradicionais que podem ser observados na tabela 3:

Tabela 3: Valor percentual da relação entre os agregados contábeis das cooperativas de crédito e respectivos agregados do segmento bancário

Agregados Patrimoniais	% de Crescimento					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Patrimônio Líquido	5,0	5,6	6,2	6,6	6,9	7,4
Ativos	2,2	2,4	2,6	3,1	3,6	3,8
Depósitos	3,1	3,6	4,1	5,0	5,0	5,2
Operações de Crédito	2,5	2,6	2,5	3,1	3,6	4,2

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IF.data / Bacen (2019)

Valor resultante da relação entre o total para cada agregado patrimonial das cooperativas e a soma desse mesmo valor com o total do respectivo agregado patrimonial do segmento bancário (bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal) desconsiderando os bancos cooperativos.

A projeção temporal entre 2013 e 2018 indica o crescimento exponencial das cooperativas em relação aos bancos sempre positivados, mesmo se comparados em relação às dimensionalidades das instituições. Nas cooperativas o crescimento do patrimônio líquido em foi de 5%, 5,6%, 6,2%, 6,6%, 6,9% e 7% respectivamente, se for considerado os aspectos absolutos, observando-se que as cooperativas na série histórica divulgada pelo Central do Brasil apresentaram elevação maior.

Relacionado aos depósitos, estes tiveram uma evolução percentual de 2,2 a 3,8 no período em questão em relação aos bancos. Da mesma forma os depósitos saltaram de 3,1% para 5,2% e as operações de crédito praticamente dobraram no mesmo período. Note-se que, em relação aos bancos tradicionais o crescimento das operações de crédito teve uma variação de 2,5% em 2013 para 4,2% em 2018, quase o dobro em um prazo de seis anos. Todavia, há

que se fazer uma análise muito mais aprofundada das causas dessa variação, observando-se a participação da cooperativa na formação do patrimônio Nacional.

Há que se pensar a análise, também da cooperativa a partir da Teoria da Agência e a análise da DVA dessas cooperativas. Nesse caso, faz-se necessário a abertura de um tópico específico para se tratar dessas situações, contextualizado dentro das demonstrações apresentadas acima. Vale lembrar que a DVA é um instrumento que mensura a geração e distribuição de riqueza. Nesse caso, chega-se a um impasse em relação analítica às cooperativas uma vez que elas não publicam o seu DVA anualmente.

2.5 A TEORIA DA AGÊNCIA APLICADA ÀS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A Teoria da Agência foi desenvolvida em 1976 por Jensen e Meckling baseados na visão de que o conflito é inerente entre visões de pessoas que se unem para uma atividade cooperada. Nesse sentido, Eisenhardt (1989) aponta que os problemas de agência têm origem na divisão que há entre a propriedade e a gestão das organizações, ou seja, o surgimento de problemas relacionados à agência é diretamente proporcional à medida de integração entre as partes que a compõe, ou seja, o principal e o agente – termos definidos por Jensen e Mackling (1976) para identificar as partes nesse processo de cooperação.

Na visão primordial de Jensen e Mackling (1976) a sociedade é concebida como uma organização baseada em contratos explícitos e implícitos com o estabelecimento de direitos, deveres e organização hierarquizada em busca de um objetivo que possa atender a todos. Essa concepção teórica dos autores que vai dar origem à Teoria da Agência já havia sido, tratada por Rousseau (1762) no seu Contrato Social e por Adam Smith (1776) na sua obra A Riqueza das Nações. Para os pioneiros dessa visão contratual da sociedade, Rousseau e Smith, a evolução da mesma se daria de forma positivada e somativa, ou seja, o conflito era excluído desse processo. Não sendo contemplado assim, o atrito e mesmo as divergências no seio da sociedade.

Ao retomar esse discurso, no século XX, Jensen e Mackling (1976) propõem uma alternativa teórica mais aproximada da realidade humana, nas relações de cooperação que envolvem finanças e produção. Nesse sentido, o que salta aos olhos não é a visão utópica hegeliana de evolução positiva da sociedade, mas sim evolução contratual baseada na possibilidade de articulação, atrito e convencimento entre as partes. Em outras palavras, a

cedência de visões e posições definidas de ambas as partes é que possibilitam o avanço unidirecional das ações cooperadas.

Ora, a atividade humana, de acordo com Serapicos *et al.* (2016) não pode ser concebida como uma linha temporal que aponta para o futuro e que todos os que estão nessa linha cooperam de maneira total para o avanço histórico da humanidade. Ainda segundo os autores demonstram que a evolução social do ser humano enquanto espécie ocorre, porém a linha evolutiva se parece mais com um terreno acidentado com ravinas, crateras, montes, gargantas, montanhas, rios, etc, do que com uma planície.

Pois, foi a partir dessa visão evolutiva e cooperativa da humanidade que Jensen e Mackling (1976) criaram a Teoria da Agência baseada em pressupostos como:

a) na assimetria entre o agente e o principal nas organizações cooperadas – o agente possui acesso a informações que o principal não possui, e essas informações possibilitam a tomada de decisões que nem sempre estão de acordo com a visão do principal;

b) a tomada de decisão – o agente toma decisão com base nas informações, muitas vezes de maneira autônoma sem a intervenção do principal, mas sim da administração cooperativa. Essa tomada de decisão, na atualidade se torna muito mais agudizada, haja vista a volatilidade do mercado, do surgimento de oportunidades de lucro, bem como a multiplicidade de principais em uma mesma agência e suas visões fragmentadas do negócio como um todo. Por esse viés, o agente, por possuir uma visão macro mais abalizada do todo cooperado possui as melhores informações na tomada de decisão que nem sempre agrada ao principal;

c) o controle de ação do agente – nesse tópico, Jensen e Mackling (1976) apontam a condição de controle de um sobre outro em uma atividade cooperada. Em tese, o principal busca exercer um controle sobre o agente, principalmente aquele controle relacionado ao aspecto (b) destas características, ou seja, a tomada de decisão em relação a alocação de recurso do principal com vistas ao lucro. Quando esse processo ocorre e o principal observa que sua capacidade de controle é limitada, há um desequilíbrio, podemos assim dizer, no relacionamento, o que gera o atrito dentro da agência entre dois pólos de ação na atividade cooperada.

Dalmácio e Nossa (2004) ao analisarem a Teoria da Agência de Jensen e Mackling (1976) apontam que a relação que se estabelece não se dá apenas entre o principal e o agente em uma atividade cooperada. Em tese, segundo os autores essa reprodução de tensão é

inerente a toda atividade em que ocorra a dicotomia principal e agente, mudando sua nomenclatura, mas estabelecendo as mesmas forças que, apesar de antagônicas, visam às mesmas consequências futuras e finais. Saber como proceder nesse caminho de tensão é o que estabelece uma relação calma na superfície e permite o desenvolvimento da sociedade cooperada. Adaptada do estudo de Dalmácio e Nossa (2004) apresenta-se conforme tabela 4 a seguir, que a Teoria da Agência pode ser aplicada nas relações cooperadas:

Tabela 4 – Relações de Agência

Relação Principal – Agente	O que o Principal espera do Agente
Cooperados – Gerentes	Os cooperados esperam que os gerentes maximizem a sua riqueza (valor das cotas).
Cooperados Debenturistas – Gerentes	Os cooperados debenturistas esperam que os gerentes maximizem o seu retorno.
Credores – Gerentes	Os credores esperam que os gerentes assegurem o cumprimento de contratos de financiamento.
Clientes – Gerentes	Os clientes esperam que os gerentes assegurem a entrega de produtos, com maior qualidade, menor tempo, maior serviço e menor custo.
Governo – Gerentes	O governo espera que os gerentes assegurem o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias da empresa.
Comunidade – Gerentes	A comunidade espera que os gerentes assegurem a preservação dos interesses comunitários, cultura, valores, meio ambiente, etc.
Cooperados – Auditores Externos	Os cooperados esperam que os auditores externos atestem a validade das demonstrações contábeis, tendo como foco a rentabilidade e a eficiência.
Credores – Auditores Externos	Os credores esperam que os auditores externos atestem a validade das demonstrações contábeis, tendo como foco a liquidez e o endividamento.
Gerentes – Auditores Internos	Os gerentes esperam que os auditores internos avaliem as operações sob a ótica de sua eficiência e eficácia, gerando recomendações que agreguem valor.
Gerentes – Colaboradores	Os gerentes esperam que os colaboradores trabalhem com o melhor de seus esforços, atendendo todas as expectativas.
Gerentes – Fornecedores	Os Gerentes esperam que os fornecedores supram todas as suas necessidades de matérias no momento necessário e nas quantidades requisitadas.
Dono de Imóvel – Corretor de Imóvel	O dono de um imóvel espera que o corretor do mesmo busque a melhor alternativa de compra.
Cooperado Investidor em Fundo – Administrador de Fundo	O cooperado investidor em fundo espera que o administrador do mesmo gerencie seu investimento e obtenha o melhor retorno.

Fonte: Adaptado pela autora de Dalmácio; Nossa. 2004 (p. 34-35).

A aplicação da Teoria da Agência em cooperativas de crédito, implica em se conhecer o funcionamento dessa dinâmica a partir da análise relacional entre o principal (investidor) e o agente (o administrador dos recursos do principal). A Teoria da Agência, segundo Dalmácio e Nossa (2004) busca explicar a relação conflitual entre esses dois polos de uma atividade financeira, no caso, o cooperado e o administrador dessa cooperativa.

Carneiro e Cherobim (2011) em debate sobre a Teoria da Agência validam ainda que de maneira velada uma característica particularizada em relação às cooperativas de crédito que difere dos bancos tradicionais, ou mesmo empresas financeiras. Segundo os pesquisadores, quando essas cooperativas de crédito modificam a forma de tratamento em relação ao cooperado, ou principal, o relacionamento sai do campo puramente público, ou formal e estabelece um relacionamento mais intimista e aproximado entre essas duas vertentes da teoria.

Para Serapicos *et al.* (2016), compreender a Teoria da Agência implica em conhecer os seus pressupostos e temas relacionados à teoria, de maneira que se possa compreender a dinâmica estabelecida na relação entre o principal e o agente. Obviamente não se pode falar em uma dinâmica psicológica, ou mesmo somática, haja vista se tratar de uma relação de negócios que envolvem finanças.

Isso não quer dizer que o tratamento não seja formal, mas sim que, como a cooperativa busca uma forma de tratamento familiar entre o principal e o agente, muitos dos mecanismos da formalidade nos negócios acabam por ser deixados de lado. Costa e Melo (2017) aventam essa mesma característica, apenas se volta para um aspecto pouco analisado dentro da teoria que é a cultura brasileira, geralmente, torna um relacionamento público, intimista e acaba por trazer para a esfera privada aquilo que deveria estar fundamentalmente, na esfera pública.

Não que a Teoria esteja desprezando o conceito fundamental de “homem cordial” de Hollanda (2003) no que se refere ao brasileiro, mas sim, alocam para dentro da teoria essa característica própria da nacionalidade. A base desse relacionamento intimista entre o principal e o agente, no caso brasileiro, voltando ao discurso de Costa e Melo (2017) tendem a reduzir os atritos e conflitos entre um agente e outro agente, e pouco entre o principal e o agente. No entanto, essa assertiva carece de estudos *in loco* mais aprofundado e mais demorado.

Retomando aos conceitos básicos da Teoria da Agência, Serápicos *et al.* (2016) consignam os seguintes conceitos relacionados à Teoria:

a) Relação de Agência – estabelecida por Ross (1973) a relação de agência pode ser compreendida como uma relação de poder de direito e poder de fato. O principal detém o controle financeiro da agência, mas não exerce esse controle sobre a agência, enquanto o agente, que detém o controle de fato, não detém o controle de direito, estabelecendo, assim, entre esses dois polos, uma relação de tensão e de concordância nos negócios a serem realizados a fim de valorizar o capital.

b) Problema de Agência – possivelmente um dos pontos mais sensíveis na relação da agência é quando os polos, mesmo tendo uma visão focada em um mesmo objetivo, não tomarão os mesmos caminhos. Como o agente, que detém o poder de fato na agência, nem sempre pode optar pelos investimentos mais rentáveis para o principal, o que acaba por gerar conflitos. Nesse seguimento, Silva (2015) já havia chamado a atenção para esse problema, quando o agente, ao investir de forma centrada em suas decisões, ou mesmo nas decisões corporativas da administração da cooperativa, acaba auferindo prejuízos para o principal.

c) Custos da Agência – Os custos da agência referem-se primordialmente à necessidade de se fazer o controle do agente pelo principal através de mecanismos que inibam o agente a tomar decisões equivocadas em dissonância aos interesses do principal. São estruturas de monitoramento que acabam por elevar o custo da agência, diminuindo sua lucratividade e sua dinamicidade em apresentar algo novo. Para Serapicos *et al.* (2016) os custos da agência, quando elevados, tendem a descaracterizá-la como uma cooperativa e aproximá-la do conceito de banco tradicional.

d) Contratos de Agência – o contrato da agência, de acordo com Eisenhardt (1989) é um pressuposto dentro da teoria que explica a efetividade da agência, quando esta assume uma postura focal em relação ao agente orientado para o comportamento (salários, hierarquia), tornando-a mais eficiente, sobre os contratos focados nos resultados (comissões, propriedade, etc). Isto não quer dizer que esse segundo pressuposto não seja salutar, diante da dinâmica das cooperativas de crédito, esses pressupostos tendem a quebrar um dos pilares fundamentais das cooperativas que é sua diferença em relação aos bancos tradicionais. Ou seja, não que ela não busque a lucratividade e a expansão, mas a sua origem está ligada à uma postura quase que filantrópica do principal, em relação a outros potenciais principais que se agregarão à mesma cooperativa.

Note-se que não se fala que um principal seja um filantropo. Ele quer ganhar com seu investimento, mas, há um móbil, muito mais essencial que o move a sair do foco dos bancos

tradicionais para a dinâmica das cooperativas. Estas têm sim, sua lucratividade e sua geração de riquezas, contudo, o foco não se sustenta apenas nesse fator, mas vai além, em um espírito de autoajuda que pode ser traduzido por um “ajudando o outro a ganhar e a ter sucesso, eu também ganho e aumento o meu patrimônio”.

A Teoria da Agência possui os seus críticos, principalmente relacionados à sua extremada racionalidade. Costa e Melo (2017), apesar de não serem esses tipos de críticos indicam uma série de autores que focam, principalmente na sua racionalidade extremada em relação aos negócios estabelecidos nas cooperativas. Esse tipo de crítica até tem sentido de ser, dado, no caso brasileiro, à dinâmica do próprio cooperado, isto é, no caso do Brasil, a “cordialidade” do brasileiro estabelece um percalço crucial na relação principal e agente. Isto não torna a teoria inválida, mas a deixa com um ponto a ser discutido de maneira mais aprofundada, em outra oportunidade.

A aplicação da Teoria da Agência na relação que se buscou estabelecer neste trabalho dissertativo demonstra que, a evolução patrimonial e a escalada de ativos das cooperativas de crédito existente no Brasil, tendem para um não conflito entre o principal e o agente. Até mesmo a relação de poder de fato e poder de direito que se estabelecem entre as duas dimensões da agência, parece ter pouco efeito no caso brasileiro.

Isso é interessante de ser notado, uma vez que o Banco Central do Brasil (2018) não registra casos, ou reclamações de principais em relação aos agentes dentro dessa pontualidade que a teoria discorre. Ao contrário, as maiores reclamações e atritos estão entre agentes e agentes, ou seja, o conflito, ou decorre dentro de uma mesma agência entre o seu pessoal interno, ou entre uma agência e outra. E muitas vezes, dentro da mesma cooperativa.

Os dados apresentados neste estudo a partir da evolução financeira e patrimonial das cooperativas de crédito levam a crer que sua evolução positiva está mais no fato de que a informalidade, o tratamento privado entre o agente e o principal diluiu as formalidades que cooperativas em outros países possuem. Pode ser uma característica positiva para o caso brasileiro, haja vista a proposta de diferenciação entre as cooperativas e os bancos tradicionais.

Percebe-se, de acordo com Schneider (2006) que muitas cooperativas cessaram a suas operações não em função do conflito entre o agente e o principal, mas fundamentalmente em relação a decisões equivocadas e o atropelamento do fundamento do Contrato de Agência,

ou seja, o agente passou a se interessar mais nos resultados do que no comportamento dentro desse sistema.

Assim sendo, quando se trabalha com a Teoria da Agência aplicada às cooperativas de crédito brasileiras há que se ter o cuidado para se levar em conta uma determinante de variante muito ampla, ou seja, no caso específico das cooperativas de crédito, abordar a teoria, levando em conta esses pressupostos é um caminho mais seguro para se compreender o fenômeno de geração de riquezas promovidas por elas, ao mesmo tempo em que se reflete sobre a estabilidade de relação entre o principal e o agente.

2.6 A TEORIA DA DIVULGAÇÃO APLICADA À COOPERATIVA DE CRÉDITO

Os embates relacionados à Teoria da Divulgação, ou *disclosures* nasceu da procura por um mecanismo de divulgar o balanço financeiro de uma empresa, para um usuário, ao mesmo tempo em que busca a transparência para a sociedade. Vale notar que, na história do ocidente, o mau uso dessa teoria levou a escândalos financeiros, falência de empresas até então consideradas saudáveis e perda de confiança do usuário em relação à empresa.

No começo do século XXI o caso Enron, nos Estados Unidos, foi muito didático do ponto de vista da divulgação, acabando por ajustar essa teoria, ainda que a mesma não seja tida como unanimidade, porém, quando o referido caso envolveu uma respeitada empresa de auditoria contábil, chegou-se a uma situação em que, ou se buscava um calibrador para as diferenças havidas na teoria, ou se abandonava a teoria como algo impossível de ser executada.

A Teoria da Divulgação pressupõe a “relevância e credibilidade das informações contábeis” (SCHMIDT, 2018), ou seja, com base no que foi dito no parágrafo anterior, os usuários sentiram a necessidade de ter instrumentos que dessem essa credibilidade e confiabilidade das informações prestadas pela empresa. Nesse sentido, seu fundamento, ou base, de acordo com Dantas *et al.* (2005) relaciona-se a questionamentos, aparentemente fáceis, porém, esses mesmos questionamentos tendem a colocar a empresa sobre um escrutínio mais pontual a respeito de sua saúde financeira que fornecerá ao usuário, condições para investimento, ou não.

Dantas *et al.* (2005) aponta os seguintes questionamentos relacionados à divulgação – aqui tomadas como sinônimos de evidenciação e divulgação. Optou-se por esse uso de

sinônimo, uma vez que a Língua Portuguesa permite fazer esse tipo de relação, ainda que em outras, isso não seja possível. Ora, ao se evidenciar uma informação, já se tem um processo de divulgação, mesmo limitado a poucas pessoas, porém, já evidenciado e divulgado. Sinaliza ainda, os seguintes elementos que devem fazer parte da divulgação e que estruturam uma teoria forte e saudável:

a) Para quem evidenciar, ou divulgar – a divulgação é feita para um usuário, porém com a limitação de que é impossível uma divulgação detalhada a depender do perfil de cada usuário. Em tese, a divulgação possui elementos finitos e condensados de informações a serem divulgadas, cabendo, nesses casos, ao usuário, cotizar as informações que para ele são válidas;

b) O que divulgar – Dantas *et al.* (2005) afirma que é difícil estabelecer um conteúdo a ser divulgado, todavia explicita que a informação a ser divulgada deve dar ao usuário confiança naquilo que está sendo divulgado e que permite suas ações futuras com base na segurança dessas informações;

c) Quanto divulgar – Iudícibus (2015) relata que as informações evidenciadas, ou divulgadas devem ser justas, adequadas e completas, com base analítica da realidade da empresa. Volta-se ao caso Enron que, ao não fornecerem essas informações criou uma falsa sensação de segurança e saúde financeira, quando, na verdade já estava em processo de deterioração de suas ações de governança e saúde contábil, o que levou muitas pessoas à falência, em um dos maiores escândalos contábeis dos Estados Unidos;

d) Quando divulgar – Murcia e Santos (2009) pontuam que a divulgação deve ser feita a tempo de impactar a decisão tomada pelo usuário, ou, em outras palavras, deve ser feita antes do usuário tomar uma ação financeira que impacte seus investimentos. Isto porque a ação se dará com base nas informações evidenciadas. Essas informações fornecem os subsídios de confiança e credibilidade da governança da empresa. Trazer uma informação após a decisão tomada é inócua para o usuário e traz descrédito para a empresa;

e) como divulgar – Dantas *et al.* (2005) determina que os meios de evidenciar, ou divulgar devem ser feitos através de instrumentos formais e informais que tenham credibilidade. No caso brasileiro, como há imperativo legal de se divulgar através do Diário Oficial da União, bem como através de veículos de informação impressos de alcance nacional, esse pressuposto da teoria já se encontra satisfeito. Há ainda um sexto pressuposto elencado por Dantas *et al.* (2005) que diz respeito ao “porque evidenciar”, ou divulgar. Neste

caso o interesse está mais para a empresa para seus processos de governança e transparência do que para o usuário.

Como foi dito, depois dos grandes escândalos que abalaram a confiança em empresas e em empresas de auditoria contábil, fica fácil responder para que evidenciar, ou divulgar. Porque sem esse instrumento, o usuário seria tomado de desconfiança e tiraria dali o seu investimento criando uma reação sistêmica que colocaria a existência da empresa em risco, mesmo ela tendo saúde financeira e governança adequada.

Basicamente, a Teoria da Divulgação é uma ideia e um instrumento que atende os interesses, tanto da empresa quanto do usuário, criando entre eles um ponto de equilíbrio e confiança que pode ser percebido pela forma como a empresa capta recursos e como ela distribui o lucro na dinâmica da sociedade.

Ao se aplicar essa teoria para as Cooperativas de Crédito, pode-se perceber, pelo seu balanço anualizado, ou mesmo semestral, como os resultados obtidos geram a confiança nos seus cooperados. Embora, no Brasil, a tecnicidade da linguagem contábil e de divulgação tenha pouco impacto nas decisões dos cooperados, a leitura desses dados que uma cooperativa pode apresentar a quem estiver interessado em se associar a ela, já é um caminho mais seguro para a decisão de onde investir e ter a segurança naquilo em que investiu.

2.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A atividade humana que envolve troca de valores e mercadorias por outros valores gera, em tese, riquezas. Riquezas essas que são foco principal dos agentes que investem seu tempo, recursos e estratégias para que, em uma troca, em um investimento, o valor monetário empregado retorne com lucro, e que esse lucro possa gerar uma movimentação de riqueza e de satisfação para todas as partes envolvidas no processo comercial.

A Demonstração do Valor Adicionado é um instrumento da Contabilidade que busca, através de metodologias específicas, bem como o trato de informações concretas mensurar o quanto uma atividade gerou de riqueza para os agentes envolvidos no processo comercial, e para a sociedade na qual essa atividade está inserida. De acordo com CUNHA, RIBEIRO e SANTOS, a DVA é “peça formadora de Balanço Social” (2005, p. 09) que é entendida como o papel da empresa dentro da sociedade e o retorno que essa atividade traz para a sociedade,

não como um valor financeiro, mas como um valor social, cultural e de responsabilidade que lhe dão crédito e confiança dessa mesma sociedade.

Afirmam também, que a DVA é um conjunto de informações de natureza econômica com informações de natureza contábil que demonstra como uma determinada atividade, ao gerar riqueza para si distribuiu essa riqueza, através da contratação de funcionários, terceirizados, serviços e contratação de bens, para o avanço de sua atividade. Em outras palavras, uma atividade para ela funcionar de maneira eficiente necessita de uma série de serviços, produtos, fornecedores, trabalhadores, terceirizados, ou não que contribuem, com sua ação para que a atividade primária possa ser executada. Esse serviço é remunerado e a remuneração sai do faturamento da empresa contratante. Portanto, se a empresa contratante está utilizando serviços de terceiros, seja na forma de bens, de mão de obra, de produtos, ou mesmo de bens de capital, a sua função de distribuição de riqueza pode ser comprovada a partir do volume dessas parcerias e serviços contratados.

A teoria sobre a DVA não se relaciona a um aspecto puramente material, ou somente da riqueza que uma atividade possa gerar. Pontuam Melo *et al.* (2017) que riqueza está para além do sentido tradicional que é a acumulação de capitais, bens, ou mesmo poder “de fato” sobre uma atividade. Melo *et al.* (2017) caracterizam que, na análise da DVA a riqueza é medida pelo grau de satisfação, bem-estar e evolução social dos envolvidos em um negócio, bem como pela sociedade na qual o negócio se desenvolve. Sem embargo, isso não significa que os valores auferidos não entrem nessa contagem. Eles entram, mas não se resumem, ou se reduzem apenas a esses valores.

Em um aspecto mais amplo, a DVA se assemelha mais à mensuração antropométrica do Índice de Desenvolvimento Humano do que ao Índice de GINI. O GINI mensura apenas a concentração de riqueza em uma escala que vai de zero a um. Não leva em consideração fatores sociais, culturais, de desenvolvimento humano que possam afetar essa aferição. Já o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, para chegar à sua classificação, que também vai de zero a um, escora-se em outros indicadores sociais aliado à produção de riquezas, distribuição e acesso à uma vida com qualidade.

A DVA, de acordo com Santos (2016) relaciona-se ao caráter social e econômico de uma empresa e a sua capacidade de gerar riquezas que possam ser distribuídas socialmente. Mas, note-se que Santos (2016) ao falar sobre distribuição de riqueza não diz socialização da riqueza, pois isso vai diametralmente em oposição ao sentido e à natureza de geração da

riqueza. Distribuir riqueza é construir um ambiente social em que haja empregos, aumento da renda, valorização da hora trabalho, reconhecimento de bonificação pelo trabalho realizado, além da bonificação para os agentes e principais dentro de uma cooperativa que envidaram esforços para a produção dessa riqueza.

Em uma análise histórica mais ampla pode-se dizer, segundo informa Guanandy *et al.* (2016), a DVA surgiu na Europa na segunda metade do século passado dentro de uma discussão mais ampla sobre o papel social das empresas e a sua capacidade de gerar riquezas para seus proprietários, diretores, acionistas e para a população das sociedades em que elas estavam inseridas. Ainda segundo os autores a partir da década de 1960, Inglaterra, França e Alemanha passaram a exigir de empresas com mais de 299 empregados que introduzissem o relatório de Balanço Social em seus relatórios financeiros.

Fazendo uma crítica sobre o Balanço Social das empresas, Santos (2016) aponta que a DVA é um dos instrumentos, ou talvez, o instrumento mais eficaz de análise de geração de riqueza que uma empresa pode divulgar. Apresenta por conseguinte, um modelo de DVA que pode ser utilizado como marco inicial para que se possa compreender a dinâmica de funcionamento dessa ação. Obviamente, esse modelo não é autoaplicável em qualquer situação, mas permite que, ao se fazer uma pesquisa contábil em empresas, se possa ter um panorama da efetividade dessa dinâmica.

Dessa forma, o Quadro 1 a seguir busca trazer quais são os pressupostos básicos que devem apontar como uma determinada empresa está gerando riquezas, e se essa riqueza está beneficiando a todos os envolvidos no processo comercial, e mesmo à sociedade:

Quadro 1 – Demonstração do Valor Adicionado (Empresas em Geral)

1	Receitas
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços
1.2	Provisão para devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)
1.3	Não operacionais
2	Insumos Adquiridos de Terceiros
	(Inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)
2.1	Matérias - Primas Consumidas
2.2	Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos
2.3	Materiais, energia, Serviços de Terceiros e Outros
2.4	Perda/Recuperação de Valores ativos
3	Valor Adicionado Bruto (1 - 2)
4	Retenções
4.1	Depreciação, amortização e Exaustão
5	Valor adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 - 4)
6	Valor Adicionado Recebido em Transferências
6.1	Resultado da Equivalência Patrimonial
6.2	Receitas Financeiras
7	Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)
8	Distribuição do Valor Adicionado
8.1	Pessoal e Encargos
8.2	Impostos, Taxas e Contribuições
8.3	Juros e Aluguéis
8.4	Juros sobre o capital próprio e dividendos
8.5	Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício

Fonte: Santos, 2016.

O Quadro 3, segundo Santos (2016), criada pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) demonstra, de maneira basal que as ações contábeis, apesar de se referir à dinâmica da empresa, ou da cooperativa, no caso, aponta que, ao pagar impostos, aluguéis, taxas de contribuição, serviços de terceiros, matérias primas consumidas, serviços contratados está de fato, distribuindo a riqueza pela demanda de outros serviços que precisam ser realizados e que a empresa original não possui em sua natureza a sua realização.

Transpondo essa ação para as Cooperativas de Crédito, tais entidades deveriam, em tese demonstrar como geram riquezas e as distribuem no meio social. O empecilho nessa atividade está no fato de que, no Brasil as Cooperativas de Crédito não possuem uma obrigação legal de divulgar as suas DVAs, ou seja, não há como fazer uma mensuração direta nessas instituições, desse aspecto contábil. Ainda assim, isso não significa que não se possa fazer uma mensuração a partir de outros aspectos relacionados à movimentação das cooperativas. Apenas que essa outra mensuração acaba por ficar desfocada, ainda que se utilize metodologias pontuais para assim o fazer.

Em outras palavras, pode-se dizer que a mensuração da geração de riquezas que não contemple a DVA acaba por ser uma mensuração superficial, ainda que embasada em dados da própria cooperativa. Isto porque, sem as informações não há como medir os fatores expostos por Santos (2016) e que foram apresentados no quadro imediatamente acima. Nesse caso, a mensuração seria dada de forma indireta pela evolução patrimonial, pelos recursos empregados, pela lucratividade e pela expansão da própria cooperativa.

Remetendo-se ao quanto é justificável o estudo proposto, pesquisas têm sido realizadas na academia tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação afim de estabelecerem modelos de DVA que fossem aplicáveis às cooperativas em seus diversos segmentos, o que inclui também as cooperativas de crédito. Em seu estudo, Londero (2015) propôs um modelo de DVA voltado às entidades cooperativas objetivando a evidenciação dos impactos econômicos e sociais na região onde estavam inseridas. Souza (2017), em dissertação sobre as determinantes de geração de riquezas promovidas pelas cooperativas agropecuárias no Mato Grosso do Sul ressaltou a necessidade de constantes pesquisas utilizando-se do instrumento da DVA em cooperativas e assim estabelecer uma prática linear em sua elaboração, apresentação e análise, proporcionando maior confiança e maior comparação nas demonstrações. Representamos na Quadro 2 a seguir, o modelo proposto por Londero (2015).

Quadro 2: DVA – Modelo para Cooperativas

DVA MODELO - COOPERATIVAS	ANO 2013 – R\$
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	184.960.672,23
8.1) Pessoal	57.343.019,64
8.1.1 - Remuneração Direta	47.956.443,88
8.1.2 - Remuneração da Diretoria	132.900,00
8.1.3 - Benefícios	6.088.815,75
8.1.4 - F.G.T.S.	3.107.612,01
8.1.5 - Assistência educacional, capacitação e treinamentos	57.248,00
8.2) Impostos, taxas, contribuições, multas e infrações	57.003.509,35
8.2.1 - Federais	26.963.477,88
8.2.2 - Estaduais	29.689.660,71
8.2.3 - Municipais	200.908,31
8.2.4 - Multas e infrações	149.462,45
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	8.923.382,67
8.3.1 - Juros	583.637,01
8.3.2 - Aluguéis	8.339.745,66
8.3.3 - Outras	-
8.4) Contribuições socioambientais	1.840.979,98
8.4.1 - Contribuições para projetos sociais - comunidade	514.412,26
8.4.2 - Contribuições para projetos sociais - comunidade	1.326.567,72
8.4.3 - Contribuições para projetos ambientais	-
8.5) Distribuições e retenções das sobras	59.849.780,59
8.5.1 - Assistência técnica aos cooperados	1.862.316,78
8.5.2 - Assistência educacional aos cooperados	310.025,59
8.5.3 - Juros sobre o capital social	-
8.5.4 - Sobras distribuídas/Rateio das perdas	-
8.5.5 - Constituição do Rates	16.126.847,07
8.5.6 - Constituição de outras reservas	13.863.460,75
8.5.7 - Sobras a disposição da assembleia geral	27.687.130,40

Fonte: Londero (2015).

A peça elegida por Silva (2015) para a verificação dos reflexos do cooperativismo de crédito no desenvolvimento local, utilizando-se de um estudo de caso de uma cooperativa de crédito, também foi a DVA. Verificando-se para tal, a forma como foi distribuída a riqueza gerada pela entidade escolhida.

Observe-se no quadro acima que a DVA demonstra como o faturamento da empresa se reverteu na produção e distribuição de riquezas. Silva (2015) e Souza (2017) apontam que, na perspectiva contábil a distribuição de riquezas se dá quando uma empresa – no caso a cooperativa – ao contratar serviços, pagar impostos, insumos, encargos, mão de obra, está distribuído a riqueza gerada por ela para outras empresas e pessoas. A síntese é que a DVA

demonstra como uma atividade impacta as demais pela contratação de mão de obra, serviços e materiais, utilizando o faturamento aferido em um período para pagar esses encargos, o que, em tese, é uma distribuição de riqueza pela produção de mais riquezas.

Pesquisas realizadas por Londero (2015), Souza (2017) utilizaram-se de índices calculados a partir de valores obtidos na DVA para analisarem seus resultados. Através de índices é possível parametrizar os resultados estabelecendo colocações para as entidades da amostra que será analisada. O propósito é estabelecer um ranking das cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro. Magro *et al.* (2015), estabeleceu um ranking em seu estudo utilizando-se de 25 cooperativas agropecuárias da região sul do país, ano base 2013, por meio de indicadores econômico-financeiros. Sendo analisados Estrutura de Capital, Liquidez e Rentabilidade.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho buscou-se encontrar uma metodologia de análise que permitisse responder à questão norteadora principal: as cooperativas de crédito do Centro Oeste geram riquezas para seus cooperados e para a sociedade em que estão inseridas? Essa questão é importante de ser analisada, uma vez que, as Cooperativas de Crédito não elaboram as suas DVAs. Contextualmente, usou-se a abordagem quantitativa nesta pesquisa. Richardson (1999), afirma que tal abordagem é frequentemente aplicada em análises descritivas, as quais buscam descobrir e classificar a relação entre variáveis. Através do método quantitativo, serão quantificadas as informações possibilitando a precisão dos resultados, minimizando distorções de análise e de interpretação.

Quantitativamente foram examinados os fatores determinantes na geração de riqueza e a relação entre o valor adicionado produzido pelas cooperativas de crédito do centro-oeste brasileiro mediante a técnica estatística multivariada. Mingoti (2016) estabelece que a análise de dados de estatística multivariada permite com que haja uma parametrização por analogia, ou mesmo por comparação entre diversas variáveis. A estatística multivariada, ao não se fixar em dados puramente primários, mas expandir para uma concepção mais ampla, buscando informações que fogem à estatística pura permite que a visão que se tem sobre as cooperativas de crédito seja muito mais aproximada da realidade, ou seja, não se atém apenas a dados quantificáveis, mas também a dados extra quantificáveis.

Para tanto utilizou-se da Análise de Componentes Principais (ACP ou PCA), explica Mingoti (2016) que tal análise tem o objetivo primordial de explicar a variância e covariância de um dado, denominado vetor aleatório, que é composto de p -variáveis aleatórias, possibilitando a construção de combinações lineares das variáveis originais. Restando a elaboração de uma análise de componentes principais a partir de uma matriz de correlação entre elas. Para os testes estatísticos utilizou-se do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Science* - IBM SPSS® - Versão 20.

Para a análise de correlação utilizou-se o teste estatístico Coeficiente de Correlação de Pearson (r). Martins e Domingues (2017) destacam que o coeficiente indica se a relação linear entre duas variáveis é forte ou fraca, conforme a medida de associação entre elas na escala de -1 e +1, quanto mais próximo dos extremos, maiores serão as correlações positivas ou negativas entre as variáveis.

Obtidos os índices, os mesmos foram trabalhados dentro de uma matriz de correlação, classificando as cooperativas de crédito proporcionalmente, de acordo com sua maior geração de valor adicionado, maior geração de riqueza. Após a tabulação dos dados, utilizou-se a análise fatorial exploratória de componentes principais, bem como testes de dimensionalidade (Índice KMO e Esfericidade de Bartlett), operacionalmente através do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Science* - IBM SPSS® - Versão 20. A não elaboração e obrigatoriedade para as Cooperativas de Crédito relacionadas a DVA torna essa análise mais complexa. Porém, isso não será impeditivo para se fazer essa análise e construir uma tabela de ranking com as principais cooperativas que mais riquezas geraram no Centro Oeste no período citado.

Busca-se fazer um ranking, a partir da análise desses dados, demonstrando quais entidades mais geraram riqueza e onde esta riqueza foi distribuída, fundamentando-se no modelo proposto por Londero (2015), para as cooperativas de crédito no Centro Oeste entre os anos de 2017 a 2019, com dados obtidos a partir do Banco Central do Brasil e dados fornecidos pelas próprias cooperativas através de seus demonstrativos contábeis que são obrigatoriamente publicados.

3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA E DADOS

Para efeitos de leitura e de clareza na apresentação dos dados, foram submetidos dados colhidos nos relatórios do Banco Central do Brasil sobre cooperativas de crédito existentes no Centro Oeste Brasileiro entre os anos de 2017 a 2019. Sendo relacionadas 96 cooperativas de crédito para a análise proposta. Deste universo, 18 cooperativas localizadas na região Centro Oeste foram selecionadas, as quais divulgaram suas demonstrações contábil-financeiras que subsidiaram a elaboração das DVAs, objeto de análise desta pesquisa. Apresentamos as cooperativas de crédito selecionadas e as codificamos para fins didáticos e éticos conforme a tabela 5:

Tabela 5: Cooperativas de crédito que compõem a amostra

COOPERATIVAS DE CRÉDITO	LOCALIDADE	CÓDIGO
CREDICOAMO	MS	COOP01
UNIPRIME	MS	COOP02
SICREDI CELEIRO CO	MS	COOP03
SICREDI CENTRO SUL MS	MS	COOP04
SICREDI PANTANAL MS	MS	COOP05
SICREDI CAMPO GRANDE MS	MS	COOP06
SICREDI ARAXINGU	MT	COOP07
SICREDI VALE DO CERRADO	MT	COOP08
SICREDI CELEIRO MT	MT	COOP09
UNICRED MT	MT	COOP10
SICOOB PRIMAVERA MT	MT	COOP11
SICREDI OURO VERDE MT	MT	COOP12
SICOOB CREDI COMIGO	GO	COOP13
SICREDI PLANALTO CENTRAL	GO	COOP14
SICOOB GOIANIA	GO	COOP15
SICOOB GOIAS CENTRAL	GO	COOP16
SICREDI CERRADO-GO	GO	COOP17
COOPERFORTE	DF	COOP18

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020.

A amostra selecionada relaciona-se, exclusivamente às cooperativas de crédito, de maneira indistinta. Apesar da maioria das cooperativas no Centro Oeste estarem voltadas para o agronegócio, algumas outras possuem nichos específicos voltados para a cooperação entre servidores públicos, profissionais liberais, pequenos e microempresários. Na seleção de dados não se levou em consideração essas características, mas tão somente o fato da instituição ser classificada como cooperativa de crédito.

A amostra de dados obedeceu ao recorte temporal estabelecido anteriormente no projeto de pesquisa. Optou-se por esse recorte temporal haja vista estar mais aproximado de nossa atualidade e estarem disponíveis para análise pelo cidadão. Além disso, esses dados tendem a refletir a situação e a saúde das cooperativas quase que em tempo real, o que se torna significativo para este trabalho.

Os dados foram relacionados coletados das DVAs elaboradas pela autora e organizados em planilhas eletrônicas a fim de permitirem as análises através de métodos estatísticos que possibilitem a explicação das variáveis encontradas.

3.2 MÉTRICA DE DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA

A métrica de divulgação está embasada em um score, ou ranking de classificação das cooperativas que mais geraram riquezas levando em consideração o período de recorte temporal dos anos de 2017 a 2019. A opção pelo ranking de classificação foi feita, haja vista permitir uma visão ampla e fácil de interpretação até mesmo para o público leigo, ou seja, há uma intencionalidade em se tornar a informação acessível para o leitor.

Além do mais a divulgação por ranking também permite com que potenciais cooperados possam escolher aquelas cooperativas que melhor lucratividade e melhor relacionamento apresente.

3.3 DETERMINANTES

Trata-se de um fator bastante delicado quando se trata dos determinantes relacionados à análise das cooperativas de crédito, elaborar as DVAs analisadas é o principal determinante, pois delas obteve-se os índices que nos nortearam de modo a construir o ranking. A elaboração dessas demonstrações através de requisitos pré-estabelecidos que parametrizassem as informações, amenizariam as distorções que porventura possam ocorrer quando da livre elaboração das mesmas ou ainda de sua não elaboração.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas demonstrações contábeis das instituições que compõem a amostra foram elaboradas as DVAs para o período de 2017 a 2019 e os valores apurados referentes ao Valor Adicionado Gerado por cada uma delas, constam da tabela 6 a seguir:

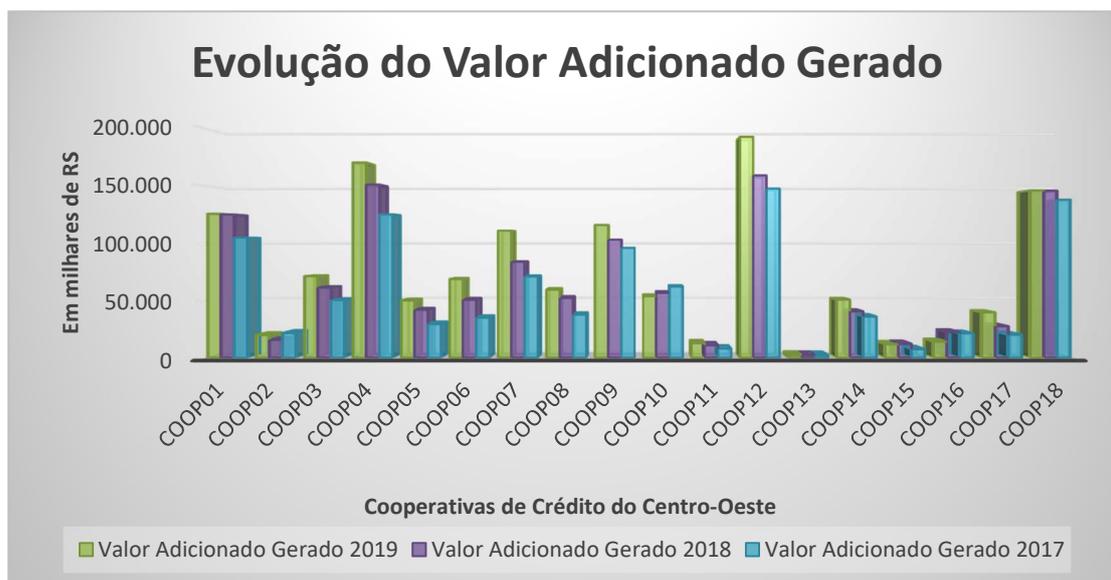
Tabela 6 : Valor Adicionado Gerado pela amostra em milhares de R\$

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Distribuição do Valor Adicionado		
	2019	2018	2017
COOP01	125.634	124.968	104.912
COOP02	19.855	15.576	21.705
COOP03	71.248	61.412	50.423
COOP04	170.188	151.014	125.194
COOP05	50.071	41.870	29.519
COOP06	68.785	50.725	35.045
COOP07	110.963	83.815	71.057
COOP08	59.552	52.308	37.718
COOP09	115.935	103.138	95.961
COOP10	53.996	56.798	62.215
COOP11	12.806	11.019	8.107
COOP12	192.489	158.972	147.534
COOP13	2.535	2.498	2.406
COOP14	50.818	40.566	36.103
COOP15	11.846	12.206	7.499
COOP16	14.050	22.426	21.341
COOP17	39.705	27.631	20.130
COOP18	145.819	145.664	137.780

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Mediante a apuração do Valor Adicionado Gerado por cada uma das entidades nota-se o crescimento de seus resultados anualmente. Conforme observamos no Gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2 - Evolução do Valor Adicionado Gerado



Fonte: Elaborado pela Autora, 2020

Evidenciado o resultado positivo na geração de valor adicionado, passa-se a analisar a respectiva distribuição deste valor. Verificando-se os elementos onde são aplicados os valores gerados pelas entidades. Interessa saber onde as entidades alocam os recursos e quais deles são mais significativos. Os elementos de distribuição são divididos em 5 grupos como segue: Pessoal, Impostos, Remuneração do Capital de Terceiros, Remuneração do Capital Próprio e Sobras e Lucros Retidos. Tendo em vista o interesse pela equanimidade de comparação entre as cooperativas, foram construídos números índices de participação de cada um desses componentes em relação ao total distribuído. Excluiu-se do cálculo a variável Remuneração de Capital de Terceiros, pois nos dados coletados houve apenas uma observação, o que torna a variável uma constante e desqualifica o índice para o cálculo. Conforme tabelas 7, 8 e 9 a seguir:

Tabela 7: Valor Adicionado Gerado Ano 2017 / Índices Percentuais

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Distribuição do Valor Adicionado Gerado 2017 (%)			
	Pessoal	Impostos	Remuneração Capitais Próprios	Retidos
COOP01	0,1830	0,0229	0,3832	0,4110
COOP02	0,4500	0,0074	0,5358	0,0000
COOP03	0,4340	0,0070	0,3010	0,2580
COOP04	0,3878	0,0087	0,3231	0,2805
COOP05	0,3756	0,0108	0,1974	0,4162
COOP06	0,5223	0,0038	0,2798	0,1941
COOP07	0,4024	0,0082	0,2564	0,3330
COOP08	0,3958	0,0104	0,3513	0,2423
COOP09	0,3269	0,0121	0,3403	0,3207
COOP10	0,3988	0,0140	0,5872	0,0000
COOP11	0,6053	0,0854	0,1296	0,1797
COOP12	0,3455	0,0164	0,3083	0,3298
COOP13	0,3155	0,0067	0,6778	0,0000
COOP14	0,4849	0,0087	0,2215	0,2849
COOP15	0,6860	0,0137	0,3003	0,0000
COOP16	0,3413	0,0052	0,4871	0,1665
COOP17	0,5809	0,0128	0,1472	0,2590
COOP18	0,3293	0,0035	0,5791	0,0878

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Para o Ano de 2017 observamos que a cooperativa de crédito que mais distribuiu para o fator Pessoal foi a COOP15, para o fator Impostos a maior distribuição foi feita pela COOP11, já o fator Remuneração de Capitais Próprios atingiu maior índice na COOP13, enquanto a maior distribuição para os Retidos deu-se pela COOP05.

Tabela 8: Valor Adicionado Gerado Ano 2018/ Índices Percentuais

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Distribuição do Valor Adicionado Gerado 2018 (%)			
	Pessoal	Impostos	Remuneração Capitais Próprios	Retidos
COOP01	0,1878	0,0226	0,3793	0,4104
COOP02	0,7223	0,0132	0,2645	0,0000
COOP03	0,4540	0,0149	0,2747	0,2565
COOP04	0,3566	0,0111	0,3506	0,2817
COOP05	0,2943	0,0093	0,2002	0,4963
COOP06	0,4839	0,0028	0,2624	0,2509
COOP07	0,3838	0,0095	0,2471	0,3596
COOP08	0,3457	0,0103	0,3734	0,2706
COOP09	0,3315	0,0177	0,3573	0,2934
COOP10	0,4403	0,0054	0,5543	0,0000
COOP11	0,6341	0,0760	0,1754	0,1145
COOP12	0,3588	0,0142	0,3256	0,3014
COOP13	0,3763	0,0085	0,6151	0,0000
COOP14	0,5457	0,0173	0,2020	0,2350
COOP15	0,6278	0,0349	0,3373	0,0000
COOP16	0,3379	0,0061	0,6560	0,0000
COOP17	0,6171	0,0114	0,1420	0,2295
COOP18	0,3236	0,0023	0,5855	0,0874

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Para o Ano de 2018 observamos que a cooperativa de crédito que mais distribuiu para o fator Pessoal foi a COOP02, para o fator Impostos a maior distribuição foi feita pela COOP11, já o fator Remuneração de Capitais Próprios atingiu maior índice na COOP16, enquanto a maior distribuição para os Retidos deu-se pela COOP05.

Tabela 9: Valor Adicionado Gerado Ano 2019/ Índices Percentuais

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Distribuição do Valor Adicionado Gerado 2019 (%)				
	Pessoal	Impostos	Remuneração	Capitais Próprios	Retidos
COOP01	0,1930	0,0231	0,3721	0,4118	
COOP02	0,6847	0,0117	0,3035	0,0000	
COOP03	0,4841	0,0286	0,2645	0,2227	
COOP04	0,3535	0,0221	0,3463	0,2779	
COOP05	0,2844	0,0199	0,1906	0,5051	
COOP06	0,4801	0,0204	0,2392	0,2602	
COOP07	0,3214	0,0141	0,2712	0,3933	
COOP08	0,3675	0,0166	0,3562	0,2597	
COOP09	0,3355	0,0347	0,3386	0,2912	
COOP10	0,4988	0,0065	0,4947	0,0000	
COOP11	0,5765	0,0645	0,2099	0,1491	
COOP12	0,3307	0,0252	0,3637	0,2804	
COOP13	0,5312	0,0105	0,4583	0,0000	
COOP14	0,5109	0,0210	0,1794	0,2887	
COOP15	0,8119	0,0264	0,1617	0,0000	
COOP16	0,6145	0,0102	0,3753	0,0000	
COOP17	0,5251	0,0144	0,1492	0,3113	
COOP18	0,3348	0,0056	0,5684	0,0891	

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Para o Ano de 2019 observamos que a cooperativa de crédito que mais distribuiu para o fator Pessoal foi a COOP15, para o fator Impostos a maior distribuição foi feita pela COOP11, já o fator Remuneração de Capitais Próprios atingiu maior índice na COOP18, enquanto a maior distribuição para os Retidos deu-se pela COOP01.

Note-se que não há uma constância nos índices de distribuição de um ano para outro, a distribuição depende também das políticas estabelecidas por cada cooperativa de crédito.

O primeiro output que o SPSS fornece ao realizar a ACP é a matriz de correlações entre os quatro componentes alocados no modelo, por meio da qual podemos visualizar sequencialmente nas tabelas 10, 11 e 12:

Tabela 10: Ano 2017 - Correlation Matrix^a

		Pessoal	Impostos	Rem Própria	Retidos
<i>Correlation</i>	Pessoal	1,000	,321	-,505	-,335
	Impostos	,321	1,000	-,399	,042
	Rem Própria	-,505	-,399	1,000	-,638
	Retidos	-,335	,042	-,638	1,000

a. Determinant = 6,772E-5

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Em 2017, os componentes Impostos e Retidos apresentam baixíssimos coeficientes de correlação de Pearson entre si. Os valores negativos indicam que entre as variáveis há relação inversa, acaso uma variável seja aumentada haverá redução de valor em outra variável.

Tabela 11: Ano 2018 - Correlation Matrix^a

		Pessoal	Impostos	Rem Própria	Retidos
<i>Correlation</i>	Pessoal	1,000	,411	-,460	-,499
	Impostos	,411	1,000	-,384	-,100
	Rem Própria	-,460	-,384	1,000	-,535
	Retidos	-,499	-,100	-,535	1,000

a. Determinant = 1,710E-6

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Os resultados positivos apresentam relação direta entre as variáveis, acaso uma seja aumentada a outra também o será. Verifica-se novamente em 2018 a baixa correlação entre Impostos e Retidos.

Tabela 12: Ano 2019 - Correlation Matrix^a

		Pessoal	Impostos	Rem Própria	Retidos
<i>Correlation</i>	Pessoal	1,000	,062	-,314	-,748
	Impostos	,062	1,000	-,456	,192
	Rem Própria	-,314	-,456	1,000	-,392
	Retidos	-,748	,192	-,392	1,000

a. Determinant = 4,694E-6

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Impostos e Pessoal em 2019 resultaram baixos coeficientes de correlação de Pearson entre si. Conforme os destaques sombreados nas tabelas anteriores, existem algumas

correlações relativamente consideráveis entre si, o que indica que poderão compartilhar significativa variância para a formação de um fator.

Embora essa análise preliminar seja importante, não representa mais que um pré-diagnóstico, visto que a adequação global de análise fatorial precisa ser elaborada conforme teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), e pelo teste de esfericidade de Bartlett, pois este agrega um teste de hipóteses, dado um nível de significância de 5%.

Tabela 13: Ano 2017 - KMO and Bartlett's Test

<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.</i>		,148
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	142,403
	<i>Df. Sig.</i>	6,000

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) designa a proporção da variância referente os dados da amostra comum a todas as variáveis, isto significa, a proporção da variância comum a um fator. Fávero e Belfiore (2015, p. 110) alertam que “deve ser sempre preferido o teste de esfericidade de Bartlett à estatística KMO para efeitos de decisão sobre a adequação global da análise fatorial”, considerando a existência de um teste de significância ($Sig. X^2_{Bartlett} < 0,05$ para 6 graus de liberdade). Observa-se o KMO de 0,148, conforme tabela 13 para o Ano de 2017, demonstrando uma correlação baixa entre as variáveis.

Tabela 14: Ano 2018 - KMO and Bartlett's Test

<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.</i>		,152
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	196,968
	<i>Df. Sig.</i>	6,000

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

A tabela 14 também apresenta, para o Ano de 2018, baixa correlação entre as variáveis, apresentando o KMO de 0,152. Há que se verificar ainda, o teste de esfericidade de Bartlett, o qual é definido estatisticamente para analisar a hipótese de que as variáveis não sejam correlacionadas na população, verificando ainda, a ausência de associação linear, ou seja, a falta de correlação das variáveis. Nota-se o resultado do Sig baixo, entretanto num nível de significância de 0.05, indicando que existe correlação entre algumas variáveis.

Tabela 15: Ano 2019 - KMO and Bartlett's Test

<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.</i>		,150
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	181,994
	<i>Df. Sig.</i>	6,000

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Conforme os dados do ao Ano de 2019, a tabela 15 demonstra o KMO de 0,150, Sig igualmente aos outros anos baixo, contudo ao nível de significância de 0.05, evidenciando a existência de correlação entre as variáveis.

A partir dos *outputs* anteriores, que indicam as estatísticas KMO e Bartletts das ACPs, nota-se que seria inaceitável a adequação global da análise fatorial, considerando os valores de KMO menores que 0,50. Porém, a análise conjunta atende os requisitos para aplicação da Análise Fatorial. Optou-se por manter os quatro componentes em questão na ACP porque em todos os anos nos foi permitido rejeitar, ao nível de significância de 5%, que as matrizes de correlações são estatisticamente igual a matriz identidade de mesma dimensão. Dessa forma, a análise de componentes principais é apropriada.

Tabela 16: ano 2017 - Total Variance Explained

<i>Component</i>	<i>Initial Eigenvalues</i>			<i>Extraction Sums of Squared Loadings</i>		
	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>
1	1,906	47,644	47,644	1,906	47,644	47,644
2	1,402	35,040	82,684	1,402	35,040	82,684
3	,693	17,315	99,999			
4	3,660E-5	,001	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

A Matriz de Variância Total Explicada (Total Variance Explained) expõe a porcentagem total da variância explicada pelos fatores obtidos. Infere Hair *et al* (2006) que a variância acumulada pelos fatores deve atingir no mínimo 60%, determinando assim, a quantidade de fatores que serão extraídos. Mediante os dados deste estudo, a variância explicada atinge 82,68% ao extrairmos 2 fatores. A tabela 16, Ano 2017, detalha que CP1 e CP2 explicam aproximadamente 83% da variabilidade total.

Tabela 17: Ano 2018 - Total Variance Explained

<i>Component</i>	<i>Initial Eigenvalues</i>			<i>Extraction Sums of Squared Loadings</i>		
	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>
1	1,841	46,033	46,033	1,841	46,033	46,033
2	1,541	38,527	84,560	1,541	38,527	84,560
3	,618	15,440	100,000			
4	9,760E-7	2,440E-5	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Em 2018, apresenta a tabela 17 que CP1 e CP2 explicam aproximadamente 85% da variância total explicada, conjuntamente, esses dois fatores explicam 84,56% da variância das variáveis originais.

Tabela 18: Ano 2019 - Total Variance Explained

<i>Component</i>	<i>Initial Eigenvalues</i>			<i>Extraction Sums of Squared Loadings</i>		
	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>
1	1,803	45,070	45,070	1,803	45,070	45,070
2	1,576	39,411	84,481	1,576	39,411	84,481
3	,621	15,519	100,000			
4	2,661E-6	6,651E-5	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

O SPSS fornece os quatro autovalores da matriz de correlação correspondente a cada um dos fatores extraídos inicialmente, com os respectivos percentuais de variância compartilhada pelas variáveis originais. Considerou-se na análise os fatores de autovalores superiores a 1, o que se apresenta nas tabelas em *Extraction Sums of Squared Loadings*. Os dois primeiros componentes (Pessoal e Impostos) foram responsáveis por 84,48% da variação total em 2019, mediante observação da tabela 18.

Com relação às cargas fatoriais, que correspondem aos coeficientes de correlação de Pearson entre as variáveis originais e cada um dos fatores, chegou-se às tabelas a seguir do output do SPSS. Em destaque sombreado, para cada um dos quatro componentes está a maior carga fatorial destacada.

Tabela 19: Ano 2017 - Component Matrix

Variáveis	Component	
	1	2
Pessoal	,582	,719
Impostos	,649	,291
Rem_Própria	-,953	,192
Retidos	,486	-,873

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 components extracted.

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

A matriz de componentes demonstra quais variáveis pertencem a cada fator, contudo, trata-se das variáveis antes de serem rotacionadas. Admite-se a verificação de qual fator explica melhor as variáveis originais. A tabela 19 apresenta a matriz de componentes não rotacionada com os componentes 1 e 2, para o período de 2017 e apresenta as cargas fatoriais para cada variável em cada um dos fatores extraídos.

Tabela 20: Ano 2018 - Component Matrix

Variáveis	Component	
	1	2
Pessoal	,847	,382
Impostos	,761	,019
Rem_Própria	-,727	,642
Retidos	-,130	-,991

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 components extracted.

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

A tabela 20 apresenta a matriz de componentes não rotacionada com os componentes 1 e 2, para o período de 2018.

Tabela 21: Ano 2019 - Component Matrix

Variáveis	Component	
	1	2
Pessoal	-,694	,703
Impostos	,432	,653
Rem_Própria	-,446	-,795
Retidos	,967	-,154

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 components extracted.

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

A tabela 21 apresenta a matriz de componentes não rotacionada com os componentes 1 e 2, para o período de 2019.

O *loading plot* apresenta a posição relativa de cada variável em cada fator, com base nas respectivas cargas fatoriais, em que o eixo das abcissas representa o componente 1, e o das ordenadas, o componente 2. Assim como pode ser observado nas figuras 1, 2 e 3:

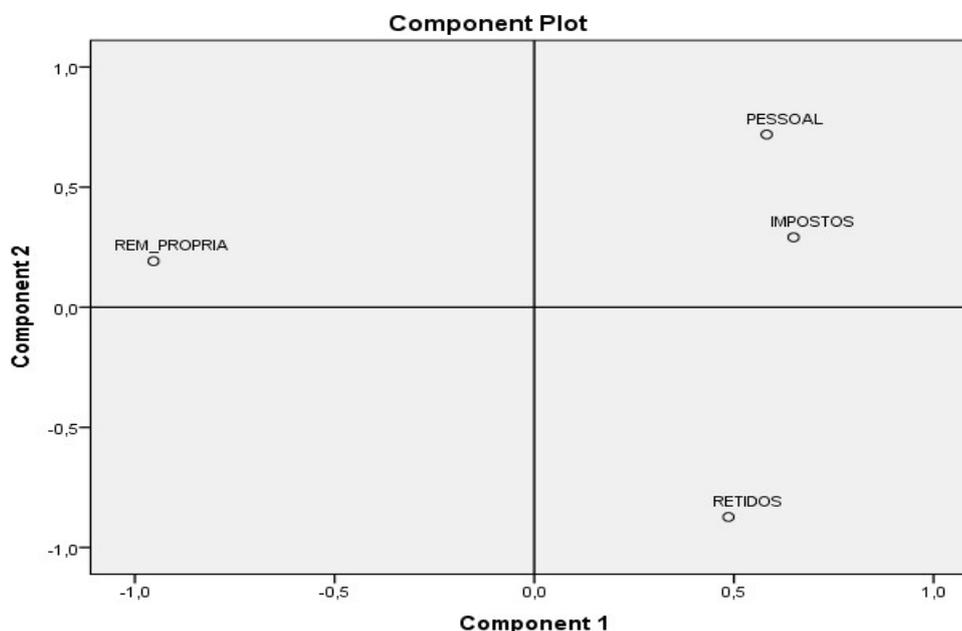


Figura 1: Ano 2017 Carga Fatorial dos Componentes da ACP

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Através das cargas fatoriais pode-se identificar as variáveis que têm maior efeito em cada componente, sendo que tais cargas podem variar de -1 a 1. Quanto mais próximas de -1 e de 1 as cargas fatoriais mais fortemente influenciarão o componente.

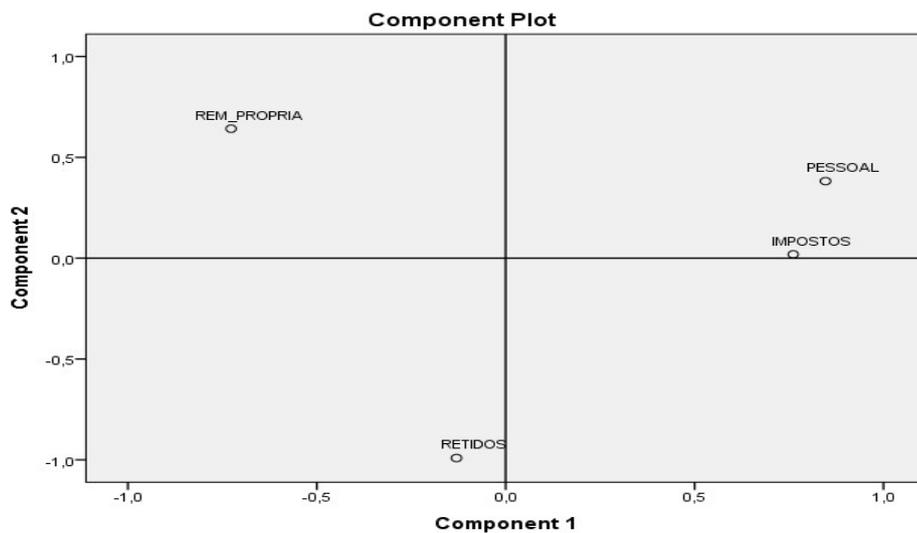


Figura 2: Ano 2018 Carga Fatorial dos Componentes da ACP
Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

As cargas fatoriais que indicam uma fraca influência no componente são aquelas que se aproximam a 0.

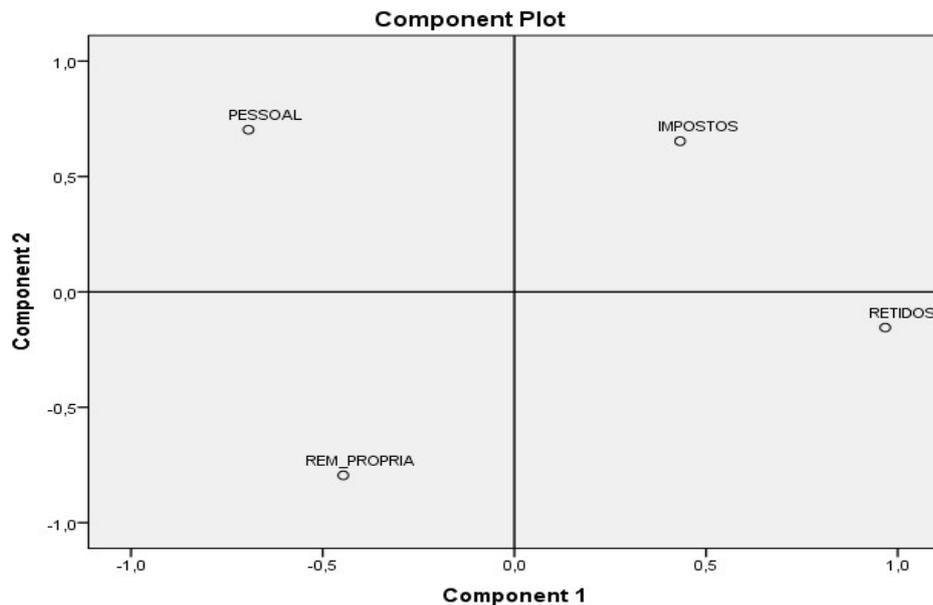


Figura 3: Ano 2019 Carga Fatorial dos Componentes da ACP
Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Embora seja bastante clara a posição relativa das variáveis em cada eixo, ou seja, as magnitudes das correlações entre cada uma delas e cada fator, para efeitos didáticos, optou-se por elaborar a rotação dos eixos que, por vezes, facilita a interpretação dos fatores por propiciar melhor distribuição das cargas fatoriais das variáveis em cada fator. Dessa forma,

selecionou-se a rotação Varimax, a fim de que os fatores gerados, agora rotacionados, sejam disponibilizados no banco de dados como novas variáveis e, a partir dessas variáveis, seja elaborado o ranking de geração de riqueza sob o prisma da sua distribuição referente as cooperativas de crédito da amostra.

Os anos que possibilitaram a geração novas variáveis, que validam esta pesquisa, foram 2018 e 2019, o ano de 2017 não trouxe resultados possíveis para a rotação, portanto este foi desconsiderado quanto a apresentação do ranking relativo a ele. Abaixo as tabelas 19 e 20 apresentam as novas variáveis geradas a partir da ACP:

Tabela 22: Variáveis Rotacionadas Ano 2018

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Índices Ano 2018					
	Pessoal	Impostos	Rem. Capitais Próprios	Retidos	FAC1_1	FAC2_1
COOP01	0,1878	0,0226	0,3793	0,4104	-,94251	1,10669
COOP02	0,7223	0,0132	0,2645	0,0000	1,28912	-,93751
COOP03	0,4540	0,0149	0,2747	0,2565	,15096	,42555
COOP04	0,3566	0,0111	0,3506	0,2817	-,46388	,42299
COOP05	0,2943	0,0093	0,2002	0,4963	-,59462	1,81132
COOP06	0,4839	0,0028	0,2624	0,2509	-,01101	,37218
COOP07	0,3838	0,0095	0,2471	0,3596	-,25775	1,00346
COOP08	0,3457	0,0103	0,3734	0,2706	-,55996	,32343
COOP09	0,3315	0,0177	0,3573	0,2934	-,41367	,49862
COOP10	0,4403	0,0054	0,5543	0,0000	-,49675	-1,43890
COOP11	0,6341	0,076	0,1754	0,1145	2,61163	,04751
COOP12	0,3588	0,0142	0,3256	0,3014	-,34451	,58050
COOP13	0,3763	0,0085	0,6151	0,0000	-,77201	-1,52689
COOP14	0,5457	0,0173	0,2020	0,2350	,70161	,43791
COOP15	0,6278	0,0349	0,3373	0,0000	1,33880	-,97821
COOP16	0,3379	0,0061	0,6560	0,0000	-1,05108	-1,60247
COOP17	0,6171	0,0114	0,1420	0,2295	,93704	,48519
COOP18	0,3236	0,0023	0,5855	0,0874	-1,12140	-1,03135

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

As novas variáveis FAC1_1 e FAC2_1 são valores dos dois fatores rotacionados para cada uma das observações do banco de dados, e são ortogonais entre si, ou seja, apresentam coeficiente de correlação de Pearson igual a 0.

Tabela 23: Variáveis Rotacionadas Ano 2019

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Índices Ano 2019					
	Pessoal	Impostos	Rem. Capitais Próprios	Retidos	FAC1_1	FAC2_1
COOP01	0,1930	0,0231	0,3721	0,4118	1,61465	-,28955
COOP02	0,6847	0,0117	0,3035	0,0000	-1,47581	-,23941
COOP03	0,4841	0,0286	0,2645	0,2227	-,06333	,55869
COOP04	0,3535	0,0221	0,3463	0,2779	,60621	-,15934
COOP05	0,2844	0,0199	0,1906	0,5051	1,52679	,67998
COOP06	0,4801	0,0204	0,2392	0,2602	,06288	,42500
COOP07	0,3214	0,0141	0,2712	0,3933	1,06490	,00629
COOP08	0,3675	0,0166	0,3562	0,2597	,50182	-,40631
COOP09	0,3355	0,0347	0,3386	0,2912	,70946	,31976
COOP10	0,4988	0,0065	0,4947	0,0000	-,74921	-1,56331
COOP11	0,5765	0,0645	0,2099	0,1491	-,64841	2,12740
COOP12	0,3307	0,0252	0,3637	0,2804	,70105	-,15677
COOP13	0,5312	0,0105	0,4583	0,0000	-,87708	-1,20762
COOP14	0,5109	0,0210	0,1794	0,2887	,02422	,80169
COOP15	0,8119	0,0264	0,1617	0,0000	-1,97737	1,11596
COOP16	0,6145	0,0102	0,3753	0,0000	-1,20160	-,72090
COOP17	0,5251	0,0144	0,1492	0,3113	,03620	,75358
COOP18	0,3348	0,0056	0,5684	0,0891	,14462	-2,04514

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Com base nos fatores gerados (FAC1_1 e FAC2_1) elabora-se o ranking tomando como critério a soma ponderada e ordenamento, com a geração de uma nova variável criada a partir do produto dos valores de cada fator pelos respectivos percentuais de variância compartilhada pelas variáveis originais, conforme tabela *Extraction Sums of Squared Loadings*.

Criou-se assim uma variável *ranking* para o Ano de 2018, determinada pela seguinte equação:

$$\mathit{ranking}_{2018} = 0,46033 * \mathit{FAC1}_1 + 0,38527 * \mathit{FAC2}_1$$

Tabela 24: Variável Ranking Ano 2018

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Índices Ano 2018		
	FAC1_1	FAC2_1	RANKING
COOP01	-,94251	1,10669	-,01
COOP02	1,28912	-,93751	,23
COOP03	,15096	,42555	,23
COOP04	-,46388	,42299	-,05
COOP05	-,59462	1,81132	,42
COOP06	-,01101	,37218	,14
COOP07	-,25775	1,00346	,27
COOP08	-,55996	,32343	-,13
COOP09	-,41367	,49862	,00
COOP10	-,49675	-1,43890	-,78
COOP11	2,61163	,04751	1,22
COOP12	-,34451	,58050	,07
COOP13	-,77201	-1,52689	-,94
COOP14	,70161	,43791	,49
COOP15	1,33880	-,97821	,24
COOP16	-1,05108	-1,60247	-1,10
COOP17	,93704	,48519	,62
COOP18	-1,12140	-1,03135	-,91

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Para o Ano de 2019 a equação utilizada na criação da variável ranking foi:

$$\mathit{ranking}_{2019} = 0,45070 * \mathit{FAC1}_1 + 0,39411 * \mathit{FAC2}_1$$

Tabela 25: Variável Ranking Ano 2019

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Índices Ano 2019		
	FAC1_1	FAC2_1	RANKING
COOP01	1,61465	-,28955	,61
COOP02	-1,47581	-,23941	-,76
COOP03	-,06333	,55869	,19
COOP04	,60621	-,15934	,21
COOP05	1,52679	,67998	,96
COOP06	,06288	,42500	,20
COOP07	1,06490	,00629	,48
COOP08	,50182	-,40631	,07
COOP09	,70946	,31976	,45
COOP10	-,74921	-1,56331	-,95
COOP11	-,64841	2,12740	,55
COOP12	,70105	-,15677	,25
COOP13	-,87708	-1,20762	-,87
COOP14	,02422	,80169	,33
COOP15	-1,97737	1,11596	-,45
COOP16	-1,20160	-,72090	-,83
COOP17	,03620	,75358	,31
COOP18	,14462	-2,04514	-,74

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Da aplicação da ACP considerando os principais componentes da distribuição da riqueza gerada pelas cooperativas de crédito do Centro Oeste que compõem a amostra analisada, obteve-se o ranking o qual apresenta-se de forma ordenada do maior para o menor valor da variável, que indica assim aquela que maior distribuição realizou. Observa-se na tabela 26 para o Ano de 2018:

Tabela 26: Posicionamento Ranking Ano 2018

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Ranking Ano 2018
COOP11	1,22
COOP17	0,62
COOP14	0,49
COOP05	0,42
COOP07	0,27
COOP15	0,24
COOP02	0,23
COOP03	0,23
COOP06	0,14
COOP12	0,07
COOP09	0,00
COOP01	-0,01
COOP04	-0,05
COOP08	-0,13
COOP10	-0,78
COOP18	-0,91
COOP13	-0,94
COOP16	-1,10

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

O ano de 2019 apresentou o seguinte posicionamento conforme o ranking obtido, apresentado na tabela 27, abaixo:

Tabela 27: Posicionamento Ranking Ano 2019

COOPERATIVA DE CRÉDITO	Ranking Ano 2019
COOP05	0,96
COOP01	0,61
COOP11	0,55
COOP07	0,48
COOP09	0,45
COOP14	0,33
COOP17	0,31
COOP12	0,25
COOP04	0,21
COOP06	0,20
COOP03	0,19
COOP08	0,07
COOP15	-0,45
COOP18	-0,74
COOP02	-0,76
COOP16	-0,83
COOP13	-0,87
COOP10	-0,95

Fonte: Elaborada pela Autora, 2020

Permitiu-se o ranqueamento das cooperativas de crédito do Centro Oeste Brasileiro a partir dos *outputs* da Análise de Componentes Principais utilizando-se o Método Estatístico de Análise Fatorial Multivariada utilizando-se o software SPSS®. As variáveis relativas aos anos de 2018 e 2019 foram os que permitiram a rotação no software, proporcionando os respectivos *rankings* apresentados nas tabelas 26 e 27 já de forma ordenada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a riqueza gerada pelas cooperativas de crédito que atuam no Centro Oeste Brasileiro a partir da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) obrigou a aprofundar o debate sobre a gênese das cooperativas e seus objetivos como alternativas aos modelos tradicionais no mercado de capitais, em concorrência com bancos.

Dada a natureza social e cooperativista das cooperativas de crédito, os conflitos de agência, objeto da Teoria da Agência desenvolvida por Jensen e Meckling (1976), assumem caráter diferenciado. O cooperado é ao mesmo tempo agente e principal. Caracteriza-se ainda uma convivência intimista entre o principal e o agente, peculiaridade da cultura brasileira. Mesmo com a tendência de se reduzir os conflitos, há o interesse do cooperado nos resultados obtidos, na transparência e na confiabilidade que a cooperativa de crédito lhe proporcionará.

Há a agregação de parceiros e cooperados, isto é, cada pessoa que entra para o grupo, torna-se sócio participante dos destinos dessa cooperativa. E, quanto maior sua lucratividade e maior geração e distribuição de riquezas, maior será o retorno para o cooperado que investe seus recursos nessa modalidade de atividade financeira.

Partiu-se de uma questão inicial de trabalho voltado para a análise da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como indicador de geração e distribuição de riquezas em um recorte temporal dos anos de 2017 a 2019 dessas cooperativas. Entretanto, como essas empresas não elaboram esse documento, fez-se a análise mediante elaboração com base nos demonstrativos contábeis-financeiros publicados pelas mesmas em seus sites e também entregues ao BCB.

Os dados trazidos neste estudo demonstram, que de fato existe a geração e riqueza pelas cooperativas de crédito estabelecidas no Centro Oeste Brasileiro e que estas distribuem suas riquezas nos seus principais componentes e que não necessariamente aquela que produz maior valor adicionado é a que mais distribui a riqueza. Fato este que pode ser observado no desempenho da COOP12 relativo ao período analisado. Em geração de riqueza a referida entidade teve números crescentes e foi a primeira em montante. Entretanto, após a análise das variáveis da amostra, seu posicionamento no Ranking de 2019 alcançou o oitavo lugar. A cooperativa de crédito que atingiu o primeiro lugar no Ranking de 2018 foi a COOP11, o que denota a uma melhor distribuição de suas riquezas. Porém, se fosse apenas observado o montante de valor adicionado gerado por ela, muito provavelmente os cooperados e possíveis cooperados escolheriam outra entidade para se associar.

Outro aspecto que deve ser considerado e suscita novos estudos é analisar a ótica de a quem interessa a distribuição da riqueza gerada. O componente de maior relevância encontrado neste estudo, foi o de distribuição ao Pessoal – Componente Principal na análise fatorial multivariada utilizada e que fora estabelecido pela variável, CP1. Ser um cooperado-colaborador, aquele que faz parte do quadro de colaboradores é mais interessante que investir na entidade uma vez que a maior parte da riqueza gerada é aplicada na distribuição com o quadro de pessoal? Talvez tenhamos neste posicionamento mais um conflito de agência, uma vez que as remunerações são definidas pelos gerentes e não somente pelo cooperado.

Para o cooperado que é parte da entidade o principal interesse não seria a distribuição das sobras, a maximização dos lucros e diminuição de taxas? É imperiosa outra análise que respondessem a tais questionamentos através de novos estudos.

Todavia, faz-se necessário, se não de forma obrigatória, mas sim voluntária, a publicação dos DVAs dessas empresas, como forma de transparência, segurança e objetividade para que um potencial cooperado sinta-se seguro em fazer parte desse tipo de negócio.

REFERÊNCIAS

AYRES, Marcela. Trocar inflação controlada por crescimento é voo de galinha e já deu errado no passado, diz Campos Neto. Investing, 2019. Disponível em: <
<https://br.investing.com/news/economy/trocar-inflacao-controlada-por-crescimento-e-voode-galinha-e-ja-deu-errado-no-passado-diz-campos-neto-654811>>. Acesso em: jan. 2020.

ANTUNES, Maria T. P. GRECCO, Maria C. P. FORMIGONI, Henrique. MENDONÇA NETO, Otávio R. de. **A Adoção no Brasil de Normas Internacionais de Contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil**. In: Revista de Economia e Relações Internacionais. Vol. 10. N. 20. 2016

BALASSIANO. Marcel G. **Estrutura de Propriedade e Teoria de Agência: um estudo de empresas brasileiras e seus diferentes tipos de controladores**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). FGV. Rio de Janeiro. 2012. 80 páginas

BASTOS, Alexandre M. *A Importância da Educação em uma Cultura Cooperativista*. In: BRASIL. Banco Central do Brasil. Diversos Autores. **Cooperativismo de Crédito: boas práticas no Brasil e no Mundo. Farol Estratégia de Comunicação**. Banco Central do Brasil. Brasília. DF. 2016

BRASIL. Banco Central do Brasil. BACEN. **Cooperativismo e Ramo de Crédito no Brasil**. Banco Central do Brasil. Brasília. DF. 2016

_____. **IF. Data** – posição dez/2018. Disponível em: <
<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>> Acesso em: jun. 2019.

_____. Diversos Autores. **Cooperativismo de Crédito: boas práticas no Brasil e no Mundo. Farol Estratégia de Comunicação**. Banco Central do Brasil. Brasília. DF. 2016

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira 2018** – junho, 2019. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: jun. 2019.

_____. **O que é Cooperativa de Crédito?** Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: out. 2018.

_____. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo 2018**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/panorama_cooperativas_sncc_2018.pdf Acesso em 30/07/2019

BRASIL. **DVA**. Comitê de Pronunciamento Contábeis. Brasília. 2009

BRASIL. **Cooperativas Financeiras**. SEBRAE. Diversos autores. Brasília. DF. 2014

CANASSA, Bruno J. COSTA, Davi R. de M. **Ciclo de Vida das Cooperativas de Crédito Brasileiras: o desempenho da cooperativa como motivo para a descontinuidade das operações**. RGC, Santa Maria, Págs. 51-68 Edição Especial 01/2018

CARNEIRO, Leandro M. CHEROBIM, Ana Paula M.S. **Teoria das Agências em Sociedades Cooperativas: estudo bibliométrico a partir da produção científica nacional**. In: ANAIS: XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro - RJ, Brasil. 2011

COSTA, Edgar G. **Governança Corporativa: conflitos de agências cooperativas em Belo Horizonte – MG**. Dissertação. Faculdades Novos Horizontes. Belo Horizonte. MG. 2015. 130 páginas

COSTA, Edgar G. MELO, Alfredo A. De O. **Governança Corporativa: conflitos em agências cooperativas de crédito mineira**. In: **Revista Gestão e Planejamento**. Salvador. BA. 2017

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 7-23, Apr. 2005

DALMÁCIO, Flávia Zóboli. Indicadores para Análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, v. 1, n.1, p. 89-97, 2004

DALMÁCIO, Flávia Zóboli.; NOSSA, Valcemiro. A Teoria de Agência aplicada aos fundos de investimento. **Brazilian Business Review**, v. 1, n. 1, p. 31-44, 2004

DANTAS, José Alves.; ZENDERSKY, Humberto Carlos.; SANTOS, Sérgio Carlos dos; NIYAMA, Jorge Katsumi. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

DINIZ, Natália. **Análise de Demonstrações Financeiras**. SESES, Rio de Janeiro. 2015

DURIGON, Sérgio; SILVEIRA, Aline Dario. Reflexos do associativismo para os agricultores familiares: o caso do município de Ouro/SC. **INFOCOS-Instituto de Formação do CRESOL Baser**, p. 74, 2010.

EISENHARDT, Kathleen M. Agency Theory: an assessment and review. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989

_____. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 2009

FAGUNDES, Jair A. RODRIGUES, Marco R. CLUPAK, Klebla. ROSA, Lauro S. da. **A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como Fonte de Informações Gerenciais: um estudo em uma cooperativa de crédito**. ABCustos Associação Brasileira de Custos - Vol. III nº 1:87-101 - jan/abr 2008

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®**. Elsevier Brasil, 2016.

_____; _____. **Análise de Dados: Técnicas Multivariadas Exploratórias com SPSS e STATA**. Elsevier Editora, 2015.

_____; _____. SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados – Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FULLY, Roberto M. P. GUIMARÃES, Alcione A. B. OLIVEIRA, Luciano D.

BÁRBARA, Thaís de O. **Avaliação de Governança Cooperativa sob a Ótica da Teoria da Agência: survey da Credileste –MG**. In: RAGC. V. 6. N. 24. 2018

GOLLO, Vanderlei. SILVA, Tarcísio Pedro da. Eficiência Global no Desempenho Econômico-Financeiro de Cooperativas de Crédito Brasileira. **Revista de Contabilidade e Organizações** 25 (2015) 43-55

GUANANDY, Francesca. NOGUEIRA, Amanda Carolina. QUEIROZ, Juliana Molina. Silva, Vitor Correa da. JUNIOR, Annor da Silva. **Demonstração Do Valor Adicionado (DVA): Identificação Da Distribuição Das Riquezas Geradas Por Empresas De Segmentos Da Bm&Fbovespa Potencialmente Poluidores E Não Poluidores**. ANAIS: XII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO & III INOVARSE 2016

HAIR, Jr; BLACK, W. C; BABIN, B. J; ANDERSON, R. E e TATHAM, R. L. Multivariate Data Analysis. 6ª edição. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006

HEGEL, Georg W. F. Fenomenologia do Espírito. Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2009

HUNTER, James C. **O Monge e o Executivo: uma história sobre a essência da liderança**. Trad. Maria da C. F. de Magalhães. Saraiva. SP. 2012

IUDÍCUBUS, Sérgio. (2015). **Teoria da Contabilidade**. 11 ed. São Paulo: Atlas.

JACQUES, Eledicir R. **O Cooperativismo de Crédito Brasileiro: um estudo sobre os determinantes de crescimento do setor**. Tese. UFPR. Curitiba. 2015. 119 páginas

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behaviour, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976

JESUS, Leticia M. de. **A Relação entre Contabilidade Societária e Tributária no Brasil após a Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). USP. São Paulo. 2015. 78 páginas

KAMMERS, Kamila, SCHEUER, Lucio, ROCHA, Alexandre, BUSATO, Sandro R. **Análise de Indicadores Econômico-Financeiro de Uma Cooperativa e Crédito**. ANAIS: IV Congresso Brasileiro em Gestão de Negócios. Londrina. PR. 2016

LIMA, Romeu E. De. ARAUJO, Marcelo B. V. De. AMARAL, Hudson F. de. Conflitos de Agências: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito. **Revista de Contabilidade e Organizações**. FEARP/USP. SP. v. 2, n.4 p. 148-157. Set/dez. 2008

LONDERO, Paola R. **Demonstração de Valor Adicionado como Instrumento de Evidenciação do Impacto Econômico e Social das Cooperativas Agropecuárias**. Dissertação. USP. São Paulo. 2015. 262 páginas

_____. BIALOKORSKI NETO, Sigismundo. **Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Evidenciação do Impacto Econômico e Social das Cooperativas de Crédito Agropecuárias**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 18, n. 3, p. 256-272, 2016

MACIEL, Ana Paula B. SEIBERT, Rosana M. SILVA, Raiziane C. F. da. WBATUBA, Berenice B. R. SALLA, Neuza M. da C. **Governança em Cooperativas: aplicação em uma cooperativa agropecuária**. In: Revista ANPAD. Rio de Janeiro. v. 22, n. 4. 2018

MACHADO, Débora G. FERNANDES, Francisco C. BIANCHI, Márcia. **Teoria da Agência e Governança Cooperativa: reflexão acerca da Contabilidade à Administração**. In: RAGC. , vol. 4. N. 10. 2016

MAGRO, Cristian Baú Dal.; GORLA, Marcello Christiano.; KROENKE, Adriana; HEIN, Nelson. Ranking das Cooperativas Agropecuárias: um Estudo dos Indicadores de Desempenho e a Relação com Atributos de Governança Corporativa. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 253-268, 2015

MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto R. SANTOS, Ariovaldo dos. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária: aplicáveis a todas as sociedades e de acordo com as normas internacionais e do CPC**. Editora Atlas. 2. Edição. São Paulo. 2013

MELLO, Luiz F de. ROOVER, Suliani, FERREIRA, Denise D. M. FERREIRA, Luís F. *Demonstração de Valor Adicionado (DVA): um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras*. In: **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**. v. 7. n. 2. 2017

MENESES, Carlos A. M. **Contabilidade Societária I: atualizada de acordo com as normas internacionais**. Faculdade da Cidade de Salvador. Salvador. BA. 2016

METZNER, Talita Dayane; MATIAS, Alberto Borges. A ADAPTAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO AO PLANO REAL. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, n. 2, p. 150-173, 2015.

MINGOTI, Sueli Aparecida **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2017. 300 páginas

MIRANDA, João Gracindo de Araújo. O plano real e a estabilização inflacionária. Instituto de Economia/UFRJ. 2015

MOTTA, Francisco M. **Análise da contribuição do sistema de crédito cooperativo no aumento da eficiência econômica do sistema financeiro brasileiro**. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre. 2014. 133 páginas

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. **Principais Práticas de Disclosure Voluntário das 100 Maiores Empresas Listadas na Bolsa de Valores de São Paulo**. Revista Contabilidade e Controladoria, v.01, n.01, p. 61-78, jan./abr. 2009.

OLIVEIRA, Janderson G. M. MACEDO, Aldebã C. **A Contabilidade Societária como Mecanismo de Acompanhamento da Gestão Pública: um modelo de reestruturação das administrações patrimoniais**. In: Contabilidade Vista e revista. Belo Horizonte. MG. 2005

OKABAYASHI, Mauricio. HUPPES, Cristiane M. SILVEIRA, Gabriela B. FARIAS, Robson B. **Cooperativismo de Crédito Rural em Foco, à Luz da Análise de Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. In: ANAIS: I Congresso UFU de Contabilidade. Uberlândia. MG. 2015

PERRILEUX, Anaïs. VANROOSE, Annabel. D'ESPALLIER, Bert. **Are Financial Cooperatives Crowded out by Commercial Banks in the Process of Financial Sector Development?** In: CEB Work Paper n. 16/002. Université Libre de Bruxelles. 2016

- PINHEIRO, Marco Antônio H. **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Banco Central do Brasil. 8 edição. Brasília. DF. 2015
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Globo. Rio de Janeiro. 2003
- ROSS, S. A. *The economic theory of agency: the principal's problem*. **The American Economic Review**, Nashville, v. 63, n. 2, p. 134-139, 1973
- SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como o elaborar e analisar a DVA**. - São Paulo: Atlas, 2016
- SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; DOS SANTOS VIEIRA, Patrícia. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. Atlas, 2012.
- _____. **DVA – uma demonstração que veio para ficar**. Editorial - Revista Contabilidade Financeira – USP, São Paulo, n. 38, p. 3 – 6, Maio/Ago. 2005
- SANTOS, Bruno S. dos. STEINER, Maria T. A. STEINER NETO, Pedro J. MARTINS, Luiz G. R. **Análise de Cooperativas de Crédito Paranaense por Meio da Análise das Componentes Principais e Método de Agrupamento Hierárquico**. ANAIS: VI Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. Ponta Grossa. PR. 2017
- SCHNEIDER, Edson P. **Cooperativismo de Crédito: organização sistêmica, ênfase no sistema SICREDI**. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre. 2006. 230 páginas
- SEBASTIÃO, Jackson. **Análises das Demonstrações Financeiras como Fator Determinante na Tomada de Decisão: estudo e caso de entidades angolanas**. Dissertação (Mestrado em Administração). 2014. Setúbal. Universidade de Setúbal. Portugal. 73 páginas
- SERAPICOS, Armando J. C. **A Relação entre o Desempenho, Remuneração do CEO e a Criação de Valor para o Acionista nas Empresas Cotadas na Euronext Lisbon**:

Abordagem com base na Teoria da Agência. Dissertação. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança. 2016. 98 páginas

SILVA, Leandro Ribeiro. Os Ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013

SILVA, Renato T. da. **O Cooperativismo de Crédito e seus Reflexos no Desenvolvimento Local: estudo de caso da cooperativa SICOOB COCRED.** Dissertação. Centro Universitário de Franca. Franca. SP. 2015. 130 páginas

SILVA, Hamilly H. A. OLIVEIRA, Adria T. A. MELO, Lúcia S. A. de. LUZ, Janaina R. de M. Análise Comportamental dos Custos de Agências em Instituições Financeiras Brasileiras. **REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, 8(3), p. 22-31, 2018

SCHIMMELFENING, Cristiano. **Cooperativismo de Crédito: uma tendência.** In: **Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU.** V. 5. N. 10, Montevideú. 2017

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Saraiva. São Paulo. 2003

SCHMIDT, Amanda. **Importância da Teoria da Divulgação nas Práticas de Governança Corporativa.** Congresso UnB de Contabilidade e Governança, Brasil, out. 2018. Disponível em:
<<https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/4CCGUnB/paper/view/11356>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SOUZA, Jacyara de. Determinantes na Criação de Valores das Cooperativas Agropecuárias de Mato Grosso do Sul. 2017. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2017. 102 p.

SOUZA, Alice A. de. QUEIROZ, Lisia de M. **A DVA como Instrumento de Análise da Geração e Distribuição da Riqueza das Instituições Financeiras Brasileiras.** ANAIS: I Congresso da UFU de Contabilidade. Uberlândia. MG. 2015

TOMAOKA, Alberto R. Reflexo das Estratégias Deliberadas em Conselho de Administração sobre Indicadores de Desempenho: estudo de caso na cooperativa Sicredi União MS/TO. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) 2018. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 112 p.

ZIMNOCH, Krystyna. MAZUR, Barbara. **Value Added as a Measure of Social Role of Cooperatives.** In: Eurasian Journal of Business and Management. 2018

ANEXO A – Trabalhos Anteriores

Teses e Dissertações			
Autoria	Título	Ano/Publicação/Local	Assunto e Conclusões
TOMAOKA, Alberto R.	Reflexo das Estratégias Deliberadas em Conselho de Administração sobre Indicadores de Desempenho: estudo de caso na cooperativa Sicredi União MS/TO	Dissertação. Mestrado em Administração Pública. 2018. UFMS. 112 páginas	Análise das decisões do Conselho de Administração da Cooperativa Sicredi União desde a sua fundação e os impactos nos seus indicadores de desempenho. Conclui que os impactos negativos das decisões tomadas foram temporários em alguns aspectos dos indicadores, porém positivos no longo prazo desses mesmos indicadores.
SOUZA, Jacyara de	Determinantes na Criação de Valores das Cooperativas Agropecuárias de Mato Grosso do Sul	Dissertação. UFMS. Campo Grande. MS. 2017. 102 páginas	O estudo buscou analisar os determinantes na geração de riquezas nas cooperativas agropecuárias do Mato Grosso do Sul a partir do DVA. Conclui apontando haver a necessidade de estudos mais aprofundados que evidenciem as causas primárias dos resultados positivos apresentados a partir do DVA.
SERAPICOS, Armando J. C.	A Relação entre o Desempenho, Remuneração do CEO e a Criação de Valor para o Acionista nas Empresas Cotadas na Euronext Lisbon: Abordagem com base na Teoria da Agência.	Dissertação. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança. 2016. 98 páginas.	Analisou o desempenho organizacional através dos indicadores contábeis para saber se exerciam influência na remuneração total do CEO e se a referida remuneração cria valor para o acionista. Para as análises usou-se as premissas da Teoria de Agência.
COSTA, Edgar G.	Governança Corporativa: conflitos de agências	Dissertação. Faculdades Novos Horizontes. Belo	A pesquisa debate as relações de governança corporativa e os conflitos evidenciados em agências cooperativas no processo de

	cooperativas em Belo Horizonte – MG.	Horizonte. MG. 2015. 130 páginas	agregação de novos cooperados. O texto pontua que as agências acabam por sobrepujar a ação outra, o que gera esses conflitos. O estudo conclui que há a necessidade de se ter estratégias de ação de modo que esses conflitos cessem e todos possam se beneficiar.
JACQUES, Eledicir R.	O Cooperativismo de Crédito Brasileiro: um estudo sobre os determinantes de crescimento do setor	Tese. UFPR. Curitiba. 2015. 119 páginas	A pesquisa analisa a atuação das cooperativas de crédito na geração de riquezas em ambientes localizados e regionalizados, apesar de manter baixa agregação de cooperados. Apesar disso estão respondendo por cada vez mais a cedência de crédito e agregação de cooperados. Conclui que, apesar dos entraves burocráticos e limites impostos as cooperativas tendem, no futuro a responder pelo aumento cada vez maior das riquezas geradas no país.
JESUS, Leticia M. de	A Relação entre Contabilidade Societária e Tributária no Brasil após a Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade.	Dissertação. USP. São Paulo. 2015. 78 páginas	Analisa a adaptação das normas internacionais de contabilidade pelos Conselhos Regionais, bem como através de estudos e pesquisas realizados na Academia. Conclui que os estudos apresentam uma adaptação segura, porém com necessidades de adaptação, haja vista as características da legislação brasileira sobre o tema
LONDERO, Paola R.	Demonstração de Valor Adicionado como Instrumento de Evidenciação do Impacto Econômico e Social das Cooperativas Agropecuárias	Dissertação. USP. São Paulo. 2015. 262 páginas.	A pesquisa busca demonstrar o impacto econômico e social de cooperativas agropecuárias evidenciado por meio do DVA. Conclui que os impactos positivos dessas cooperativas no local em que se encontram é evidenciado pelo número de postos de trabalho e renda gerados a partir da análise do DVA.
SILVA, Renato T. Da	O Cooperativismo de Crédito e seus Reflexos no Desenvolvimento Local: estudo de caso da	Dissertação. Centro Universitário de Franca.	O estudo faz um levantamento sobre os impactos da cooperativa SICOOB COCRED na geração de renda e emprego na região de Franca a partir da agregação de cooperados e microcréditos como alavancagem de negócios. Conclui que esse tipo de ação é uma

	cooperativa SICOOB COCRED	Franca. SP. 2015. 130 páginas	tendência que necessita ser ampliada para outras situações produtivas como forma de se fortalecer o setor no país.
SEBASTIÃO, Jackson	Análises das Demonstrações Financeiras como Fator Determinante na Tomada de Decisão: estudo e caso de entidades angolanas	Dissertação. 2014. Setúbal. Universidade de Setúbal. Portugal. 73 páginas	Analisa as demonstrações contábeis em cooperativas de pequeno porte em Angola e como essas agências tomam suas decisões de agregação de valor e financiamento, principalmente na região de Luanda. Conclui que, em Angola a tomada de decisões financeiras se utiliza muito dessas informações e a gestão da cooperativa é bastante cautelosa desse aspecto.
BALASSIANO. Marcel G.	Estrutura de Propriedade e Teoria de Agência: um estudo de empresas brasileiras e seus diferentes tipos de controladores	Dissertação. FGV. Rio de Janeiro. 2012. 80 páginas	O estudo qualitativo debate sobre a Teoria da Agência aplicada tanto na área de Administração, quanto nas Ciências Contábeis, principalmente em relação ao controle acionário e direito a voto na empresa. Conclui que, apesar das diferenças entre empresas brasileiras e norte-americanas, cada vez mais, o Brasil está se adequando à essa realidade
SCHNEIDER, Edson P.	Cooperativismo de Crédito: organização sistêmica, ênfase no sistema SICREDI	Dissertação. UFRGS. Porto Alegre. 2006. 230 páginas	A pesquisa faz um retrospecto histórico sobre o cooperativismo de crédito, focando o desenvolvimento do SICREDI no Brasil, nos modelos europeus desde sua gênese. Conclui que o cooperativismo, mais do que um sistema de captação societária e financiamento de negócios tem sua base na solidariedade societária e no bem-estar geral das pessoas.
Livros			
Autoria	Título	Ano/Publicação	Assunto
SANTOS, Ariovaldo dos	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Como Elaborar e Analisar a DVA.	Editora Atlas. 2. Edição. São Paulo. 2007.	A obra é tratada como um instrumento contábil que traz não só os aspectos conceituais que dão suporte a DVA na formalidade contábil, como também buscam amparar em inúmeros problemas do dia-a-dia em sua elaboração.

MENESES, Carlos A. M.	Contabilidade Societária I: atualizada de acordo com as normas internacionais	Faculdade da Cidade de Salvador. Salvador. BA. 2016	O livro traz atualizações sobre a contabilidade societária a partir do Novo Código Civil Brasileiro e de acordo com as normas adotadas internacionalmente para esse tipo de contabilidade.
MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto R. SANTOS, Arioaldo dos IUDÍCIBUS, Sérgio de	Manual de Contabilidade Societária: aplicáveis a todas as sociedades e de acordo com as normas internacionais e do CPC.	Editora Atlas. 2. Edição. São Paulo. 2013	A obra faz uma extensa análise dos pressupostos da contabilidade societária e suas aplicações a diversos tipos de empresa com essa natureza contábil. Ajusta a discussão ao que está previsto no Comitê de Pronunciamento Contábeis e às normas internacionais de Contabilidade
DINIZ, Natália	Análise de demonstrações Financeiras	SESES, Rio de Janeiro. 2015	A obra analisa as demonstrações financeiras contábeis societária, com foco em cooperativas de crédito, principalmente aquelas situadas no Estado do Rio de Janeiro
BRASIL. Banco Central do Brasil. Diversos Autores	Cooperativismo de Crédito: boas práticas no Brasil e no Mundo	Farol Estratégia de Comunicação. Banco Central do Brasil. Brasília. DF. 2016	O livro traz textos de diversos autores que discutem o cooperativismo de crédito a partir de um processo de educação e informação da sociedade tendo como base o movimento mundial de incremento do cooperativismo como meio de aumento e financiamento da produção. Alerta também para a necessidade de se desburocratizar as relações entre cooperativas e cooperados com a redução da interferência do Estado sobre o setor produtivo.
BRASIL.	Cooperativas Financeiras.	SEBRAE. Diversos autores. Brasília. DF. 2014	O livro discute o papel das cooperativas financeiras dentro do sistema produtivo nacional e a capacidade de alavancagem de riqueza pelo aumento do número de cooperados.
PINHEIRO. Marco Antonio H.	Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil	Banco Central do Brasil. 8 edição. Brasília. DF. 2015	O livro discute a evolução da legislação sobre as cooperativas no Brasil e expõe como o país se atrasou em relação à Europa e Estados Unidos e Canadá em relação a esse segmento econômico

			que tende a cada vez mais agregar cooperados e estimular a economia e o setor produtivo.
Artigos			
Autoria	Título	Ano/Publicação	Assunto
SILVA, Hamilly H. A. OLIVEIRA, Adria T. A. MELO, Lucia S. A. de. LUZ, Janaina R. de M.	Análise Comportamental dos Custos de Agências em Instituições Financeiras Brasileiras.	REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade, 8(3), p. 22-31, 2018.	O Estudo buscou analisar os custos de agências com/sem presença estatal nos anos de 2011 a 2016 utilizando-se da Teoria de Agências para esse fim. Conclui que a priori não se pode falar em agências com menores, ou maiores custos, mas se pode evidenciar que aquelas com participação estatal têm custos mais elevados que as demais analisadas.
CANASSA, Bruno J. COSTA, Davi R. de M.	Ciclo de Vida das Cooperativas de Crédito Brasileiras: o desempenho da cooperativa como motivo para a descontinuidade das operações.	RGC, Santa Maria, Págs. 51-68 Edição Especial 01/2018	O trabalho analisou a descontinuidade da prestação de serviço em cooperativa de crédito no Brasil a partir de indicadores econômicos e de geração de riqueza. Concluiu que a descontinuidade do serviço está associada a diversos fatores inerentes à própria dinâmica da cooperativa, estando entre os principais as tomadas de decisão de gestão.
SANTOS, Bruno S. dos. STEINER, Maria T. A. STEINER NETO, Pedro J. MARTINS, Luiz G. R.	Análise de Cooperativas de Crédito Paranaense por Meio da Análise das Componentes Principais e Método de Agrupamento Hierárquico	ANAIS: VI Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. Ponta Grossa. PR. 2017	Demonstra as técnicas de estatísticas de aprendizado não-supervisionado em cooperativas de crédito. Conclui que esse tipo de técnica favorece o surgimento de grupos com aspectos fortes e fracos dentro de uma mesma dimensão geográfica estudada.
KAMMERS, Kamila, SCHEUER, Lucio,	Análise de Indicadores Econômico-Financeiro de	ANAIS: IV Congresso Brasileiro em Gestão de	O trabalho faz uma análise dos indicadores econômicos e financeiros de uma cooperativa de crédito, verificando a sua saúde financeira. Conclui que, mesmo havendo alto índice de liquidez e

ROCHA, Alexandre, BUSATO, Sandro R.	Uma Cooperativa e Crédito	Negócios. Londrina. PR. 2016	endividamento, a cooperativa apresenta percentual positivo em seus balanços contábeis
COSTA, Edgar G. MELO, Alfredo A. de O.	Governança Corporativa: conflitos em agências cooperativas de crédito mineira	Revista Gestão e Planejamento. Salvador. BA. 2017	O estudo buscou analisar as causas de conflitos entre agências de cooperativas de crédito em Minas Gerais. Conclui que a assimetria informacional entre as cooperativas está na raiz desse conflito, haja vista a agressividade das mesmas em atrair novos cooperados.
SOUZA, Alice A. de. QUEIROZ, Lisia de M.	A DVA como Instrumento de Análise da Geração e Distribuição da Riqueza das Instituições Financeiras Brasileiras.	ANAIS: I Congresso da UFU de Contabilidade. Uberlândia. MG. 2015	Análise amostral em instituições financeiras por meio da DVA para verificar como essas Ifs distribuíram riqueza em determinado espaço de tempo. Conclui que para a amostra não houve grande diferença na distribuição da riqueza mas permitiram, através da DVA um panorama mais preciso dessa situação.
CARNEIRO, Leandro M. CHEROBIM, Ana Paula M.S.	Teoria de Agência em Sociedades Cooperativas: estudo bibliométrico a partir da produção científica nacional	ANAIS: XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro - RJ, Brasil. 2011.	O estudo buscou analisar a aplicação da Teoria das Agências em sociedades cooperativas, haja vista as suas peculiaridades difusas em relação às agências não cooperativas. Conclui que, apesar do fenômeno cooperativa estar crescendo no Brasil, os estudos teóricos ainda são incipientes nesse campo.
OLIVEIRA, Janderson G. M. MACEDO, Aldebã C.	A Contabilidade Societária como Mecanismo de Acompanhamento da Gestão Pública: um modelo de reestruturação das administrações patrimoniais	Contabilidade Vista e revista. Belo Horizonte. MG. 2005	Analisa as demonstrações patrimoniais de entidades públicas propondo novo modelo de representação desse patrimônio. Conclui que a adoção desse modelo de representação pode despertar mais interesse da sociedade pelo controle do patrimônio público e a participação cidadã na gestão municipal política e contábil.

<p>OKABAYASHI, Mauricio. HUPPES, Cristiane M. SILVEIRA, Gabriela B. FARIAS, Robson B.</p>	<p>Cooperativismo de Crédito Rural em Foco, à Luz da Análise de Demonstração do Valor Adicionado (DVA)</p>	<p>ANAIS: I Congresso UFU de Contabilidade. Uberlândia. MG. 2015</p>	<p>Estudo quali-quantitativo que buscou demonstrar o DVA em uma cooperativa de crédito agrícola de Minas Gerais. Conclui que, a cooperativa local tem vantagens, pois acaba por distribuir localmente seus valores agregados, fomentando a produtividade e a aumentando o número de seus cooperados.</p>
<p>ZIMNOCH, Krystyna. MAZUR, Bárbara</p>	<p>Value Added as a Measure of Social Role of Cooperatives</p>	<p>Eurasian Journal of Business and Management. 2018</p>	<p>O artigo aborda a relação das cooperativas com o incremento da cadeia produtiva em nível local, tendo como base de estudo a Polônia pós União Europeia. Conclui que as cooperativas se tornaram os grandes motivadores para a superação da crise econômica mundial de 2008.</p>
<p>MACIEL, Ana Paula B. SEIBERT, Rosana M. SILVA, Raiziane C. F. da WBATUBA, Berenice B. R. SALLA, Neuza M. da C.</p>	<p>Governança em Cooperativas: aplicação em uma cooperativa agropecuária.</p>	<p>Artigo. Revista ANPAD. Rio de Janeiro. v. 22, n. 4. 2018</p>	<p>O trabalho buscou compreender a organização de governança em cooperativa agropecuária, demonstrando que a dinâmica da mesma é de uma estrutura enxuta e efetiva na tomada de decisões e análises de risco. Conclui que cooperativas agropecuárias com essas similaridades contribuem para o desenvolvimento e legitimidade das mesmas no apoio aos negócios.</p>
<p>PERRILEUX, Anaïs. VANROOSE, Annabel. D'ESPALLIER, Bert</p>	<p>Are Financial Cooperatives Crowded out by Commercial Banks in the Process of Financial Sector Development?</p>	<p>CEB Work Paper n. 16/002. Université Libre de Bruxelles. 2016</p>	<p>O artigo apresenta uma interessante digressão sobre o papel das cooperativas de crédito e microcrédito como substituto das grandes agências financeiras e bancos em um mundo cada vez mais fragmentado. Conclui que essa forma de crédito tende a se tornar mais comum, porém, não substituirá o papel dos grandes bancos, mas será mais popular em relação a pequenos e médios negócios.</p>

<p>ANTUNES, Maria T. P. GRECCO, Maria C. P. FORMIGONI, Henrique. MENDONÇA NETO, Otávio R. de.</p>	<p>A Adoção no Brasil de Normas Internacionais de Contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil.</p>	<p>Revista de Economia e Relações Internacionais. Vol. 10. N. 20. 2016</p>	<p>O texto faz um debate sobre as adequações do Brasil às normas internacionais de Contabilidade e ao CPC, trazendo implicações relevantes para o profissional da área e para os pesquisadores. Conclui que essa adequação terá como reflexo a melhoria na qualidade do serviço prestado e maior inserção da pesquisa nacional na dinâmica internacional de pesquisa da área.</p>
<p>MACHADO, Débora G. FERNANDES, Francisco C. BIANCHI, Márcia</p>	<p>Teoria da Agência e Governança Cooperativa: reflexão acerca da Contabilidade à Administração</p>	<p>RAGC. Vol. 4. N. 10. 2016</p>	<p>O estudo epistemológico busca discutir a relação entre o profissional da contabilidade e sua subordinação à Administração, no contexto da Teoria da agência Conclui que, apesar de haver similaridades entre essas duas áreas, as especificidades de cada uma permite um diálogo permanente entre ambas, mas com traços distintos que não permite uma conciliação formal no curto prazo.</p>
<p>GUANANDY, Francesca. NOGUEIRA, Amanda Carolina. QUEIROZ, Juliana Molina. Silva, Vitor Correa da. JUNIOR, Annor da Silva,</p>	<p>Demonstração Do Valor Adicionado (DVA): Identificação Da Distribuição Das Riquezas Geradas Por Empresas De Segmentos Da Bm&Fbovespa Potencialmente Poluidores E Não Poluidores</p>	<p>XII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO & III INOVARSE 2016 - ISSN 1984-9354.</p>	<p>A identificação de como ocorre a destinação das riquezas de uma entidade através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de forma quantitativa-descritiva em empresas listadas em 8 segmentos diferentes na BM&FBOVESPA foi o objetivo deste estudo.</p>
<p>FULLY, Roberto M. P. GUIMARÃES, Alcione A. B. OLIVEIRA,</p>	<p>Avaliação de Governança Cooperativa sob a Ótica da Teoria da Agência: survey da Credileste – MG</p>	<p>RAGC. V. 6. N. 24. 2018</p>	<p>O estudo pretendeu analisar, sob o enfoque da Teoria da Agência, o comportamento gerencial dos executivos da empresa e seu alinhamento ao interesse dos cooperados. Conclui que, cada vez mais as pessoas estão tendo uma noção do que é uma cooperativa</p>

Luciano D. BÁRBARA, Thaís de O.			e buscam aquelas cujos administradores tenham a mesma visão deles sobre o negócio.
SCHIMMELFENING, Cristiano	Cooperativismo de Crédito: uma tendência	Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU. V. 5. N. 10, Montevideu. 2017	O texto analisa a percepção do cidadão sobre o papel da cooperativa de crédito em um ambiente cada vez mais restritivo nos grandes bancos. Conclui que essa é uma tendência a aumentar exponencialmente, não só pela relativa liberdade das cooperativas, como também pela identificação do cliente e do cooperado com a dinâmica relacional aplicada nas cooperativas.
GOLLO, Vanderlei. SILVA, Tarcísio Pedro da	Eficiência Global no Desempenho Econômico-Financeiro de Cooperativas de Crédito Brasileira.	Revista de Contabilidade e Organizações 25 (2015) 43-55	O texto faz uma análise do desempenho econômico e financeiro de cooperativas brasileiras e aponta a melhor eficiência nas cooperativas Sicoob e Unicred a partir da metodologia PEARLS de análise macroeconômica e de desempenho. Conclui que as cooperativas podem elevar muito mais seu desempenho tendo como baliza essas auto análises de mercado.
LONDERO, Paola R. BIALOKORSKI NETO, Sigismundo.	Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Evidenciação do Impacto Econômico e Social das Cooperativas de Crédito Agropecuárias.	Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 18, n. 3, p. 256-272, 2016	Busca demonstrar o impacto social e econômico das cooperativas de crédito agropecuárias tendo como instrumento o DVA. Conclui que a execução de atividades dentro e fora da cooperativa tem impacto positivo tanto a ela, quanto à sociedade na qual está inserida.
CARNEIRO, Leandro M. CHEROBIM, Ana Paula M. S.	Teoria da Agência em sociedades Cooperativas: estudo bibliométrico a partir da produção científica nacional.	ANAIS: XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.	Análise qualitativa de literatura sobre a Teoria de Agência aplicada a cooperativas. Conclui que a teoria vem sendo mais aplicada em empresas tradicionais e pouco em cooperativas de crédito.

LIMA, Romeu E. De. ARAUJO, Marcelo B. V. De. AMARAL, Hudson F. de	Conflitos de Agências: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito.	Revista Contabilidade de Organizações. FEARP/USP. SP. v. 2, n.4 p. 148-157. Set/dez. 2008	O texto faz uma análise comparativa os potenciais conflitos de agências em dois substratos: empresas tradicionais e cooperativas de crédito. Conclui que, com os conflitos existentes, uma reorganização comportamental das agências pode ser um caminho para a solução desses conflitos.
FAGUNDES, Jair A. RODRIGUES, Marco R. CLUPAK, Klebla ROSA, Lauro S. da	A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como Fonte de Informações Gerenciais: um estudo em uma cooperativa de crédito	ABCustos Associação Brasileira de Custos - Vol. III nº 1:87-101 - jan/abr 2008	O estudo buscou demonstrar a importância do DVA como ferramenta de análise gerência em cooperativas de crédito. Conclui que a ferramenta utilizada permitiu uma análise mais abalizada e não apenas uma demonstração de valor contábil de uma cooperativa em determinado período de estudo.
SANTOS, Arioaldo dos	DVA – uma demonstração que veio para ficar. Editorial	Revista Contabilidade Financeira – USP, São Paulo, n. 38, p. 3 – 6, Maio/Ago. 2005	Aponta o valor do DVA como instrumento de indicador de geração de riqueza por uma atividade empresarial, principalmente no campo das atividades financeiras. Aponta o instrumento como uma mudança paradigmática no controle e na transparência de instituições em relação ao seu público.
CUNHA, Jaqueline V. A. da. RIBEIRO, Maisa de S. SANTOS, Arioaldo dos	Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de medição de distribuição de riqueza.	Revista Contabilidade Financeira – USP, São Paulo, n. 37, p. 7 – 23, Jan./Abr. 2005	Pesquisa quali-quantitativa com empresas 416 registradas e avaliação de poder de aferição representado pelo DVA sobre a formação de riquezas. Conclui que o aferidor DVA constitui instrumento apropriado para esse tipo de aferição e abalizado aferidor de geração de riquezas.